

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

SORAYA GONÇALVES DOS SANTOS ARAÚJO

**Análise das cotas raciais sob a perspectiva do reconhecimento: um estudo
acerca da Universidade Federal Fluminense.**

NITERÓI
2018



SORAYA GONÇALVES DOS SANTOS ARAÚJO

**Análise das cotas raciais sob a perspectiva do reconhecimento: um estudo
acerca da Universidade Federal Fluminense.**

Dissertação submetida ao Programa de Estudos
Pós-Graduados em Política Social da
Universidade Federal Fluminense como parte
dos requisitos necessários à obtenção do Grau
de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. André Augusto Pereira Brandão

NITERÓI
2018

SORAYA GONÇALVES DOS SANTOS ARAÚJO

**Análise das cotas raciais sob a perspectiva do reconhecimento: um estudo
acerca da Universidade Federal Fluminense**

Dissertação apresentada à Universidade Federal Fluminense como parte das exigências do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: ____ / ____ / ____.

Banca Examinadora

Orientador Prof. Dr. André Augusto Pereira Brandão
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Luiz Marcos de Lima Jorge (1.º examinador)
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Carlos Alberto Lima de Almeida (2.º examinador)
Universidade Estácio de Sá - UNESA

RESUMO

Essa dissertação pretende colaborar com o debate em torno das questões relativas à política de Ação Afirmativa no ensino superior, tendo como pano de fundo os problemas relacionados ao campo do reconhecimento. Tomamos como referencial teórico as produções de Axel Honneth. De forma geral, o estudo tem por objetivo investigar os possíveis efeitos subjetivos oriundos da política de cotas raciais nos beneficiários dessa política. A metodologia foi pautada em pesquisa bibliográfica sobre as desigualdades observadas na nossa formação social, além da realização de uma pesquisa de campo qualitativa, de caráter exploratório, utilizando a técnica de grupos de discussão mediante entrevistas semi-estruturadas com questões abertas. Visamos, dessa forma, explorar, com mais profundidade, as percepções e experiências dos estudantes. A amostra consistiu em 36 graduandos vinculados aos cursos de duas grandes áreas do conhecimento científico – as Ciências Humanas e Filosóficas e as Engenharias – da Universidade Federal Fluminense no ano de 2018. Com base na sistematização e análise dos dados coletados, observa-se os ganhos simbólicos, positivos e negativos, dos alunos cotistas advindos do ingresso à universidade via política de cotas raciais, bem como os entraves e dificuldades existentes em decorrência de ser beneficiário da medida. Constatamos ainda que há muita condenação moral por parte dos discentes e docentes em detrimento da presença dos graduandos cotistas. Detectamos a possibilidade de alteração substancial da autoimagem dos beneficiários da política a partir da vivência universitária. Os dados mostram que a Ação Afirmativa tem grau relevante de influência no que se refere ao incremento de estima e prestígio social dos alunos cotistas.

Palavras-chave: Cotas Raciais. Ação Afirmativa. Reconhecimento. Redistribuição.

ABSTRACT

This master's thesis aimed to collaborate with the debate around issues related to Affirmative Action policy in higher education related to recognition theories. It had chosen as theoretical reference the productions of the author Axel Honneth. The objective of this study is to investigate the possible subjective effects of the policy of racial quotas on the beneficiaries of this policy. The research methodology had based on bibliographical research on the inequalities observed in our social formation, moreover to conducting a qualitative exploratory approach research, using the technique of discussion groups through semi-structured interviews with open questions. It aimed, in this way, to explore, deeper, the students' perceptions and experiences. The population consisted of 36 undergraduates linked to the courses of two major areas of scientific knowledge - the Human and Philosophical Sciences and Engineering - of the Federal Fluminense University in 2018. Based on the systematization of the sample, we could observe the symbolic gains, positives and negatives, of the students attending college entrance through the policy of racial quotas, as well as the obstacles and difficulties in being beneficiaries of the measure. It had found that there is still a lot of moral condemnation on the part of the students and teachers to the detriment of the presence of the quota holders, although the consequences in the middle of primary sociability are promising. There was a possibility of a substantial change in the self-image of the beneficiaries of the policy based on university experience. The data show that Affirmative Action has a relevant degree of influence regarding the increase in the esteem and social prestige of quota students.

Key-words: Racial Quotas. Affirmative Action. Recognition.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Capítulo 1. As cotas raciais na perspectiva do reconhecimento.....	13
Capítulo 2. A Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth.....	18
Capítulo 3. Interpretações sobre as desigualdades raciais do Brasil.....	29
3.1 Entendendo os conceitos preliminares: cor/raça	29
3.2 Desigualdades raciais no Brasil: como operam?	32
Capítulo 4. A Ação Afirmativa no Brasil – cotas raciais	42
Capítulo 5. O reconhecimento e a perspectiva dos cotistas da UFF.....	52
5.1 Metodologia da pesquisa.....	52
5.2 As dificuldades encontradas na vivência universitária.....	52
5.3 Os ganhos subjetivos dentro do seio familiar após o ingresso ao nível superior	60
5.4 O ineditismo do ensino superior em instituição pública no histórico familiar	65
5.5 A reconstrução da autoimagem a partir do ingresso à universidade.....	68
Considerações Finais	73
Referências	78

Introdução

1 – A temática abordada por esta dissertação

Na presente dissertação, reuni esforços para mostrar que a adoção de políticas de ação afirmativa, especialmente a política de cotas raciais em instituições de nível superior, têm função mais do que reparadora simplesmente. Tratei das cotas raciais como um instrumento fomentador à construção do reconhecimento social, utilizando-me da teoria formulada pelo alemão Axel Honneth. Na presente dissertação, a teoria do reconhecimento de Honneth¹ é o fio condutor de todo o debate e serve de norte para as análises dos resultados da pesquisa em questão.

Antes de mergulharmos na relação entre as ações afirmativas e o universo da teoria do reconhecimento formulada por Axel Honneth é importante revisitarmos alguns dos processos histórico-políticos da nossa sociedade. Estes culminaram na necessidade de instauração de mecanismos de discriminação positiva à uma parcela da nossa população. Tal resgate permite, mesmo que de maneira limitada, explicitar as origens e os desdobramentos das tensões e conflitos sociais que ensejaram na criação das cotas raciais para estudantes negros no nosso país.

Já de antemão, frisa-se que o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão – feito que nos possibilita apreender de que forma as elites agrárias do país pretendiam lidar com o projeto social e político no período. À época, no pós-abolição, a população liberta não recebeu qualquer suporte legal dos governos, sem acesso à bens e serviços². Além de, inclusive, disputar os postos de trabalho com os imigrantes europeus.

São amplamente conhecidas as consequências advindas da escravidão africana e os desdobramentos desse modelo de organização societária no Brasil: racismo, racismo institucional, discriminação religiosa, social, desigualdades socioeconômicas, discrepâncias na distribuição de renda, posições díspares no acesso a emprego, saúde, cultura e educação.

¹ Na Contemporaneidade, há um outro importante filósofo canadense chamado Charles Taylor que constrói debate também nesse campo da teoria do reconhecimento – influenciado pelos escritos de Hegel – e que, assim como Honneth, torna-se um expoente da temática. Diante das limitações que permeiam uma dissertação de mestrado, optei como base teórica especificamente a produção do alemão.

² A Lei n.º 601 de 1850, mais conhecida como Lei de Terras, deixa claro em seu Artigo 1.º que o acesso às terras devolutas seria realizado apenas por meio de compra. Essa lei reforça, através de elementos normativos, a imobilidade social a qual os libertos seriam subjugados.

Concomitante ao regime de escravidão, instaura-se um sistema simbólico que classifica valores, comportamentos e conduções de vida (Souza, 2006). Este sistema torna-se instrumento para naturalizar e perpetuar uma desigualdade estrutural em nossa sociedade onde indivíduos são hierarquizados entre qualificados e desqualificados. Não nos faltam dados e estatísticas que comprovem esta assimetria tanto no âmbito da renda, da ocupação no mercado de trabalho e no nível de escolaridade. Nesse sentido, tais indicadores e dados funcionam como combustível para o debate.

Nossa área de concentração é a educação no que tange a política de discriminação positiva para o acesso de estudantes negros nas instituições de nível superior. Como o ingresso às universidades públicas é realizado a partir da lógica da meritocracia – que mais revalida as desigualdades do que equipara candidatos ao acesso – a política de Ação Afirmativa, cotas raciais, figura como uma política que reconhece a marginalização de setores sociais e o contexto de ampla desarmonia de condições entre a população. A Ação Afirmativa objetiva, mais do que apenas o reparo, a equiparação de oportunidades e diluição dos preconceitos existentes aos grupos subrepresentados socialmente. Deste modo, surge também como uma alternativa para reparar as disparidades entre negros e brancos na educação superior.

Não obstante, mais do que uma forte correlação com a renda, a educação gera efeito também na auto estima, no prestígio e no reconhecimento social. Nossa objetivo central reside, para além da esfera economicista, na mensuração da esfera simbólica, valorativa, cultural na qual a adoção das cotas raciais pode proporcionar efeitos positivos para os grupos historicamente marginalizados. Vislumbrou-se intuir as influências – ou negativos, se houver – da política nas relações no ambiente familiar, social e profissional. Desejou-se, de maneira adjacente, como objetivos específicos da pesquisa, mapear evidências de estigmatização ou reforço de preconceitos sociais e/ou raciais em decorrência do *status* de cotista, identificar se os beneficiários da política foram estimulados a repensar suas identidades raciais no momento da escolha da forma de ingresso na universidade, apurar indícios de reconhecimento de igualdade entre os cotistas e não cotistas na vivência universitária e verificar a diminuição de possíveis complexos de inferioridade e pertencimento entre os cotistas.

A metodologia utilizada compreendeu inicialmente a prévia leitura exploratória e revisão

bibliográfica da literatura acerca da formação da nossa sociedade e da construção das relações raciais no Brasil. Após coletar as informações bibliográficas disponíveis, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa a partir da organização de grupos focais com estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) para investigar percepções acerca da política de cotas raciais e de como esta impactou suas vidas. Para isso, os entrevistados foram selecionados de maneira intencional e organizados em dois (02) grupos de acordo com uma síntese formulada por mim das áreas de conhecimento classificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Os dois grupos foram formados a partir de duas grandes áreas de conhecimento: as Ciências Humanas e Filosóficas e Engenharias. Excluindo-se as áreas que compreendem os cursos com maior concorrência no vestibular da UFF no ano de 2017, a saber a graduação em Direito (das Ciências Sociais Aplicadas), e os cursos com menor concorrência, a saber a graduação em Ciências Naturais (das Ciências da Natureza). Esses dois grupos foram os escolhidos porque representam um equilíbrio entre os extremos, evitando a possibilidade de seleção de outliers entre os beneficiários da política de Ação Afirmativa.

Os entrevistados foram selecionados obedecendo três critérios de seleção. O primeiro dele é ter ingressado na UFF a partir do ano de 2013 – primeiro ano em que a instituição preencheu unicamente as vagas ofertadas pelo Sistema de Seleção Unificado (SiSU). A partir desse ano, a divulgação dos aprovados pelos 6 tipos de Ação Afirmativa ficou mais transparente. Sendo assim, a pesquisa tem um recorte temporal de graduandos até o 12.º período – tempo que, na maior parte dos cursos, compreende aproximadamente 80% do prazo máximo de permanência; exceto o curso de medicina, onde o percentual cai para 66% do prazo máximo de permanência.

Outro critério a ser obedecido, além do ano de ingresso, foi a modalidade de ingresso à universidade. Os selecionados deviam cursar graduação no modelo de ensino presencial, sendo excluídos os alunos da modalidade de ensino a distância.

O terceiro, e último, critério foi o turno cursado pelos entrevistados. Qualquer um dos 4 turnos disponíveis nos cursos de graduação da UFF foram aceitos: matutino, vespertino, noturno e integral.

Os entrevistados foram selecionados de maneira não-probabilística, em amostra por método Snowball – método bola de neve - e intencional. Em um primeiro momento, os selecionados foram agrupados conforme a área de conhecimento correspondente ao seu curso de

graduação e, após a triagem, formaram-se pequenos grupos de 6 universitários para cada grupo focal.

Ao total, foram construídos seis (6) grupos focais com seis (6) integrantes cada: três (3) grupos focais com graduandos de cursos correspondentes à área de Ciências Humanas e Filosóficas e três (3) grupos focais, da área das Engenharias. Os grupos focais foram gravados e, durante toda a pesquisa, a privacidade dos participantes foi assegurada. Construiu-se grupos focais o mais homogêneos possível no que tange a idade, *status social* e curso de graduação. Os grupos focais foram realizados na própria universidade em que os graduandos estudam, pois se trata do local comum a todos os integrantes. As interferências da moderadora foram pontuais – uma vez que precisava-se manter o foco no tema, seguindo o roteiro, sem inibir o surgimento de opiniões que pudessem enriquecer a discussão. Os resultados dos seis (6) grupos focais foram analisados a partir dos temas centrais da argumentação inter e intragrupal.

É importante salientar que o tamanho do grupo focal está relacionado com o nível de envolvimento dos integrantes com a temática. Como é um assunto polêmico, que desperta muito tipo de interesse entre os graduandos do grupo, foi preferível um grupo menor para que se pudesse controlar o processo por parte da moderadora e, ainda, aumentar as chances de todos os participantes serem ouvidos com calma e atenção.

Os grupos focais foram realizados a partir de um roteiro com onze (11) questões abertas que possibilitaram gerar dados referentes a situação socioeconômica, educacional e as primeiras impressões sobre a política de Ação Afirmativa - como sexo, idade, renda familiar, cor ou raça, a importância da cor da pele e se são contrários ou não à adoção das políticas de cotas. Neste momento, os entrevistados compartilharam as experiências de vida e como a cota afetou direta e/ou indiretamente em sua estima e reconhecimento social.

Essa técnica viabilizou a reconstrução das condições sociais, psicológicas e ideológicas que permeiam a investigação da problemática. Nesse sentido, os relatos individuais conseguiram ser contextualizados socialmente, uma vez que nossos objetivos giravam em torno de captar e compreender opiniões, atitudes, experiências passadas e perspectivas futuras.

A opção por um roteiro de perguntas abertas se deu pelo fato dos entrevistados poderem, de forma mais à vontade, apresentar suas experiências e vivências a partir do ingresso a universidade pública via política de Ação Afirmativa. As respostas obtidas não foram limitadas

em parâmetros dicotômicos ou em escala de importância podendo ser exploradas da maneira fluida e aprofundar temáticas recorrentes nos grupos focais.

Os dados e resultados da pesquisa nesses grupos foram analisados e divididos em quatro (04) temas centrais para reflexão e debate na presente dissertação. São eles: I) as dificuldades encontradas na vivência universitária; II) os ganhos subjetivos visíveis dentro do seio familiar após o ingresso ao nível superior; III) o ineditismo do ensino superior em instituição pública no histórico familiar e; IV) a reconstrução da autoimagem a partir do ingresso à universidade.

O primeiro elemento tratou de aglutinar os entraves encontrados pelos alunos cotistas na dinâmica da vida universitária. Foram apresentadas questões referentes à assistência estudantil, ao trato com colegas de classe de estratos sociais distintos, à interação com docentes resistentes à presença de alunos cotistas em salas de aula e o dilema entre estudo *versus* trabalho.

O segundo ponto agrupou as mudanças – benéficas ou não – do ingresso à universidade na sociabilidade primária dos cotistas. Foram abordadas questões acerca da felicidade de ter um filho ou uma filha dentro de uma universidade pública, o novo papel de modelo a ser seguido perante os familiares e amigos, o estímulo para mudança de hábitos familiares – como a leitura, jogos de raciocínio lógico e até a retomada de estudos pelos genitores.

O terceiro tópico concentrou falas que destacavam o inédito feito do cotista ser o primeiro de sua família a ingressar em nível superior numa universidade pública, fazendo com que fosse inaugurado um novo ciclo na geração da família.

E, por fim, o último aspecto foi a autoanálise dos próprios cotistas. Reuniu-se, aqui, questões que circulam em torno de como o ensino superior impactou a autoestima e a autoimagem dos cotistas, como estes passaram a se autorepresentar e de que forma a universidade ampliou os horizontes na percepção de suas próprias identidades raciais.

Capítulo 1. As cotas raciais na perspectiva do reconhecimento

A Ação Afirmativa é objeto de estudo das ciências sociais há, pelo menos, uma década e já foi tratada de diferentes formas por diversas áreas do conhecimento. Sejam para reunir argumentos favoráveis ou contrários, a política de cotas raciais esteve e está presente em muitos debates, estudos e pesquisas nacionais e internacionais.

As cotas raciais repercutiram na esfera jurídica, na esfera pedagógica, na esfera econômica, na esfera social e na esfera antropológica, sociológica. A questão que salienta - e merece ressalva - nesse ponto é que, com a chegada da era contemporânea, não raras vezes a temática foi abordada com um viés de cunho legalista, no âmbito do Direito, e sua constitucionalidade. Também não raras vezes foi-se utilizada de argumentos baseados na justiça distributiva em favor de uma sociedade capaz de promover mais igualdade e equidade entre os cidadãos. Ainda debruçou-se no tema a despeito da diversidade – onde as instituições públicas refletissem tal diversidade encontrada na sociedade. No entanto, mudanças ocorreram e necessitavam um olhar mais apurado das questões sociais postas na realidade.

As avaliações e pesquisas de políticas públicas é um campo de extrema importância para a gestão pública brasileira. É a partir da elaboração e do desenvolvimento desses estudos que são fornecidos os subsídios para a implementação das medidas, bem como o conhecimento do seu público-alvo e o impacto e avaliação dos resultados da mesma. (Jannuzzi, 2014). As análises generalista, comparativas, de cunho mais amplo e estrutural são encontradas em demasia pelo Brasil – e quiçá no mundo – e são reflexo do *modus operandi* de fazer ciência social aplicada. Avaliar uma política somente pelo lado macro é negligenciar toda uma parte inexplorada pela academia.

Por se tratar de um tema reconhecidamente polêmico, os discursos polarizados e divergentes passaram a ser associados a controvérsia das cotas raciais. Ao se estudar e posicionar sobre a temática, muitos pesquisadores justificam suas posições plurais – visto a riqueza argumentativa com o que se pode defender ou refutar a política. É por essa razão que, por muitas vezes, as visões dicotômicas como esquerda-direita, conservador-progressista não são suficientes para elucidar a problemática. É necessário novos elementos, partindo de novas perspectivas e tradições teóricas. (Campos, 2012)

Exaustivamente, a política de cotas raciais está sendo documentada em diversas publicações nos últimos 15 anos. Talvez pela latente desigualdade social observada em nossa sociedade e a forte influência do movimento negro unificado na agenda política a partir da década de 80. Longe de querer deslegitimar tais estudos e pesquisas, haja vista que foram essas mesmas bibliografias que acarretaram a expansão da diversificação e complexificação do debate, todo e qualquer conhecimento específico sobre às cotas raciais tem um valor inestimável do ponto de vista sociológico pela ampliação da questão (Campos, 2012).

Tais estudos, entretanto, baseavam-se, majoritariamente, numa perspectiva estrutural, abrangente, ampla da problemática com indicadores gerais. Diversas pesquisas comparativas, com outros países, com outras vivências deram resultados frutíferos importantes para as avaliações da nossa própria política de cotas raciais, mas não se pode limitar as pesquisas partindo da adoção desses enfoques. É de suma relevância ampliar o debate e percorrer caminhos ainda pouco explorados pelas ciências sociais para que se possa aproximar-se de uma compreensão mais completa dos impactos da política. No bojo dessa extensiva produção sobre o tema, a pergunta que fica é: “Qual a importância da política para o indivíduo, o cidadão, o singular?”.

Há alguns anos, o debate sobre as Teorias do Reconhecimento ganhou espaço na academia brasileira. A análise, a partir dessas teorias, seria feito não mais visando única e exclusivamente os princípios estruturantes das desigualdades sociais, num viés do agregado, mas sim uma análise que seria fruto do caráter subjetivo, abstrato, imaterial com valores e signos de determinação simbólicos.

As teorias do reconhecimento estão centradas no conceito de reconhecimento e como esse reconhecimento afeta o indivíduo, sua construção de consciência e de identidade. Tais teorias anseiam ser uma renovação do pensamento da teoria crítica. O direito a diferença³ surge como um valor central dessas teorias. Diferente do que ocorreu de forma mais substancial nos séculos XIX e XX, tendo o conceito de equidade como um valor para inflamar movimentos de independência, movimentos de demanda por cidadania e política redistributivas, atualmente o conceito pilar para as teorias do reconhecimento têm sido a demanda por reconhecimento da diferença entre grupos e

³ O filósofo John Rawls é muito conhecido por ter formulado o “princípio da diferença” onde, de maneira breve, o autor acredita que uma sociedade justa é aquela que distribui seus recursos naturais e sociais atendendo às demandas dos mais desfavorecidos. Ver mais em Rawls, 1971.

sujeitos. É evidente que a igualdade é parte crucial nos valores contemporâneos e centraliza muitas das reivindicações dos movimentos sociais hoje em dia, mas não se pode perder de vista que o custo para o êxito desse valor ocorreu mediante a negação ou a negligência do reconhecimento da diferença em muitos aspectos. (Reis, 2011)

Os movimentos em prol das minorias na década de 70 lançaram luz sobre os problemas enfrentados por mulheres, gays, imigrantes, minorias étnico raciais, transexuais, grupos religiosos. O processo de mudança social tem como escopo a sociedade civil e demandam uma real inovação no olhar sob diversos aspectos – tanto de análise, observação quanto de vivências. Todos os movimentos surgidos, em alguma medida, reivindicavam a legitimação de suas pautas e, por fim, a legitimação do tratamento diferente e específico de suas questões. Essas demandas apresentam-se como novas dificuldades, oportunidades e experiências que devemos investigar.

Para superar as desigualdades existentes entre os grupos societários é necessário, de antemão, reconhecer que existe a diferença entre esses grupos. O reconhecimento da diferença é singular para a superação das desigualdades, mas não é condição única suficiente para tal.

É necessário uma mudança tanto dos cidadãos quanto dos profissionais que se debruçam a intervir na realidade. Com as demandas mais individualistas e mais centradas na autorreflexão de seus integrantes, as Teorias do Reconhecimento ganharam força nesse cenário. Aprender que a política de Ação Afirmativa tem forte relação com a teoria do reconhecimento é dar um novo enfoque de análise para essa temática.

Os dois expoentes dessa teoria são Charles Taylor e Axel Honneth. Ambos os autores concordam que o conceito de reconhecimento é de suma importância para a construção de autoimagens e consciência positivas dos indivíduos e, portanto, a negação de reconhecimento afeta em demasia o enraizamento distorcido da noção de si mesmos. Ao negar o devido reconhecimento a alguém, estamos diante de opressões simbólicas que acarretarão de diversas formas o indivíduos. Somente com a popularização do conceito de reconhecimento através das teorias de Taylor e Honneth que se inaugura espaço para os pesquisadores introduzirem mais uma variável em suas análises.

Diante disso, é parte basilar da construção de um indivíduo os elementos que podem ser reunidos no campo do reconhecimento – bem como as liberdades individuais, os direitos políticos

e sociais. Para os autores da Teoria do Reconhecimento, os sentimentos de não reconhecimento estavam na base das lutas por direitos sociais. Se é correto afirmar que o reconhecimento adquiriu tamanha significância, as avaliações e análises dos objetos de estudos da academia deveriam considerar tal conceito como variável relevante. Devemos manter em mente que as pesquisas devem estar em constante aperfeiçoamento e apreendendo as mudanças de seus tempos. Hoje, é crucial que os estudos considerem o elemento da autoestima, da autoimagem e consciência de seu público alvo – uma vez que aquela política ou programa atingirá em cheio suas vidas, bem como sua percepção de igualdade e mútuo respeito para com os outros cidadãos.

Claro que esse debate é permeado de nuances e muito subjetivo, uma vez que envolve variáveis simbólicas – como autoestima, autoimagem, identidade -, mas se faz necessário cada vez mais. Entendo que as avaliações e as pesquisas devam incorporar novas dimensões avaliativas que compreendem novas visões ético-morais. Os desafios contemporâneos para a igualdade mostram-se cada vez mais complexos – uma vez que é necessário uma análise minuciosa de atores sociais e processos socioeconômicos e políticos. No entanto, é importante atentar para que os esquemas de análise das políticas públicas são não somente reflexo, mas também são promotoras de mudanças culturais que estão em curso.

Assim sendo, apreender que a política de cotas raciais é mais do que uma medida especial e temporária de caráter reparador e/ou compensador pelas desigualdades vividas por uma parcela da população é de extrema relevância no cenário atual. A política de cotas deve ser vista, para além desse parâmetro, como uma medida que pode promover alterações significativas no âmbito da construção de identidades, de consciência e de autoestima de seu público alvo – fomentando a cidadania individual a partir do reconhecimento recíproco.

O saber científico não está isento, nem é um saber mecânico, neutro. Toda pesquisa vislumbra objetivar a compreensão das relações sociais nas quais estamos todos inseridos. O arcabouço teórico acumulado pelas ciências sociais, economia e direito ajuda a entender a complexidade da sociedade, dos sujeitos sociais e de como os fenômenos se relacionam entre si. É a partir desses estudos que podemos abrir caminhos para possibilidades de mudanças na prática – seja materializadas em um projeto de lei, uma emenda constitucional ou o planejamento de uma política.

Esse tipo de pesquisa e investigação não terá a capacidade para alterar, de imediato, a realidade social. No entanto, temos que ter clareza de que é qualificado para gerar processos de autorreflexão e autocrítica que direcionam justamente para uma conversão da ação cotidiana. Nas palavras de Campos, “o poder simbólico do intelectual é demonstrado quando o mesmo é capaz de intervir no destino de uma problemática social” (Campos, 2012, 55).

Capítulo 2. A teoria do Reconhecimento de Axel Honneth

O surgimento, bem como o desenvolvimento, das teorias do reconhecimento é o substrato de tentativas de renovação e/ou contrapontos à Teoria Crítica. Tais teorias ganham força no poder explicativo para a incidência dos fenômenos sociais observados em sociedades modernas ocidentais – uma vez que diversas teorias críticas não foram capazes de formular esclarecimentos satisfatórios para a compreensão de demandas, conflitos e movimentos sociais. (Honneth, 2004; Mattos, 2004)

A história da humanidade nos mostra alguns pontos de inflexões que reforçam a comprovação ou o descrédito das teorias existentes. As mudanças ocorridas em consequência de certos fenômenos da sociedade podem repercutir por muito tempo – haja vista exemplos recentes com a chamada Era Pós-Socialista. Esta Era marcou deveras o mundo como o conhecia até então. As transformações geopolíticas, socioeconômicas, cultural e nas artes estão em debate até os dias atuais. Uma das alterações que mais têm-se debatido é o que concerne, mais precisamente, as demandas dos movimentos sociais. Estas sofreram mutações e tornaram-se mais complexas ao longo dos anos desde a queda do muro de Berlim em 1989 e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991. (Fraser, 2002)

Diante das alterações e longe de parecer novidade, acredita-se que acarretou uma alteração nas demandas dos movimentos sociais na contemporaneidade - no que sagrou-se como os “novos” movimentos sociais. Não mais caracterizados pela demanda por igualdade social, pautada na redistribuição de recursos econômicos tendo como pilar a economia - deflagrando as injustiças de caráter primordialmente econômico -, os movimentos sociais passaram a reivindicar demandas por igualdade social via luta pelo reconhecimento das diferenças – incitando as injustiças de caráter primordialmente culturais (Mattos, 2004). As reivindicações juntavam esforços para eliminar as desigualdades sociais tendo como categorias centrais a dignidade e o respeito (Honneth, 2004).

Iniciou-se, portanto, uma era de manifestações que indicavam a existência não somente de um desequilíbrio material exacerbado entre os indivíduos na sociedade, mas também um forte e intrínseco padrão hierárquico de valoração cultural. Inaugura-se a era dos movimentos que possuem como chave conceitual o reconhecimento e à diferença.

Duas grandes teorias protagonizaram um importante debate acerca dessa migração das demandas dos movimentos sociais: a teoria da redistribuição – defendida pela autora Nancy Fraser – e a teoria do reconhecimento – defendida pelo autor Axel Honneth. Fraser acredita que existiu de fato tal migração e que podemos considerar o surgimento de uma Era das reivindicações pelo reconhecimento da diferença. No entanto, aquele entende que as demandas por reconhecimento sempre existiram, no entanto, o que ocorreu - de fato - foi o papel central que a categoria do reconhecimento provou ser a ferramenta principal e adequada para dar explicação às experiências sociais de injustiças como um todo⁴ (Fraser, Honneth, 2003; Honneth, 2004).

Axel Honneth é um dos autores que consagram-se no campo da teoria do reconhecimento e, juntamente com Fraser, protagonizam o embate entre as duas teorias: monismo *versus* dualismo – uma vez que aquele entende que exista um único elemento distintivo crucial para a análise dos conflitos sociais na atualidade, enquanto esta lança mão da complementariedade de dois elementos. O alemão é um filósofo que se debruça no debate das teorias do reconhecimento. O autor se propõe à construção de uma teoria social, que seja relevante para se pensar em uma teoria da justiça, onde a categoria normativa principal seja o reconhecimento – sem perder de vista as acepções de boa vida, justiça social, igualdade, moral e respeito. (Honneth, 2004; Mattos, 2004)

Bastante influenciado pelo filósofo alemão Gerog W. F. Hegel, na época dos Escritos de Jena – o jovem Hegel -, e também pelo filósofo norte-americano George Herbert Mead, grande parte da teoria do reconhecimento de Honneth versa com elementos discutidos por estes. Por exemplo, as concepções de intersubjetividade, reconhecimento e conflito, presentes em *The Struggle for Recognition*, tem forte influências de Hegel. O autor reconhece que não somente a teoria de reconhecimento de Hegel, mas também a teoria de psicologia social de Mead criaram uma teoria sistemática tendo como categoria central o reconhecimento (Honneth, 1992).

É válido destacar que o alemão é inspirado pela teoria do reconhecimento e a teoria ética de Hegel e suas aplicabilidades às sociedades modernas. Assim como aquele, Hegel dá destaque para a reciprocidade intersubjetiva – à medida que, para este, essa reciprocidade institucionalizada

⁴ O autor afirma que a explicação para a transição das demandas de redistribuição para demandas por dignidade e respeito pode assumir dois vieses distintos. O primeiro deles apreende o momento em que houve a falência dos programas do período do Estado de Bem-Estar Social e a ascensão dos partidos conservadores em todo o mundo. O segundo diz respeito a expansão da sensibilidade moral na sociedade – compreendendo que a dignidade humana é um dos pilares do princípio de justiça social. (Honneth, 2004)

consegue livremente ser a matéria prima para outros três elementos distintivos: nossas necessidades, nosso interesse racional e a auto avaliação individual (Honneth, 2016). Ambos os autores admitem um papel crucial da reciprocidade intersubjetiva para a construção do senso de igualdade, liberdade e, por extensão, justiça social.

É interessante assinalar que, para Honneth (2004), sua teoria se difere de outras a partir do momento em que sua premissa para uma sociedade com equidade social deve ser aquela que permite o desenvolvimento de identidade individuais positivas de todos os sujeitos sociais através da interação social. O ponto de partida do autor, dessa maneira, é baseado no princípio de igualdade entre os sujeitos sob um viés da construção das identidades individuais capazes de estabelecer relações igualitárias recíprocas necessárias para a participação coletiva na esfera pública.

Ao criar um paradigma em que o estabelecimento de relações intersubjetivas não distorcidas é a base, a consciência individual possui uma íntima relação com a interação social no desenvolvimento da teoria do reconhecimento honnethiana. Melhor posto, a consciência individual se avolumará ao compreender sua própria ação por meio da interação com outrem. Dessa maneira, a socialização é tida como um termômetro para as reações comportamentais dos sujeitos onde pode-se medir, a partir do outro, quais as expectativas legítimas que deve-se esperar para com os outros e, ao mesmo tempo, as obrigações justificadas na interação com os outros que se deve assumir.

O que o autor se propõe a estudar é a origem dos sentimentos de injustiça, propulsores para os conflitos sociais. Segundo Honneth, então, a base da injustiça perpassa a violação da expectativa de reconhecimento intersubjetivo e coloca na berlinda a auto realização individual. Ou seja, as expectativas internalizadas e homogêneas na interação social seriam rompidas, dando a percepção de injustiça. Dito isso, é correto afirmar que o paradigma crítica da teoria postulada por ele é pautada pelo estabelecimento de relações intersubjetivas não distorcidas⁵.

Admitindo que a compreensão de injustiça, aqui, é a de que as percepções de injustiça social dependem não somente dos princípios de legitimação, mas também nas diferentes expectativas sociais de reconhecimento. Cria-se um padrão na identificação de injustiças sociais,

⁵ Honneth, apoiado por Joshua Cohen e John Rawls, indica que, ao se revisitar acontecimentos históricos, perceber-se-á que as justificações para a violação das expectativas acarretam em motivações morais aos conflitos sociais (Fraser, Honneth, 2003).

qual seja: quando um sujeito determinado entende que algum aspecto de seu modo de vida ou personalidade está sendo desrespeitado – ou até mesmo violado – em vez de ser igualmente levado em consideração e reconhecimento na sociedade, têm por consequência um sentimento de injustiça social. (Fraser, Honneth, 2003)

A busca pela ampliação das diferentes concepções de boa vida, seja em grupo ou individual, e a expansão do horizonte de padrões generalizantes e dominantes de reconhecimento são elementos que os excluídos de reconhecimento social almejam. Os padrões generalizantes e dominantes postos, até então, reforçam o não-reconhecimento de alguns grupos e sujeitos, além de perpetuarem certos valores morais na interação social. Somente com a luta por reconhecimento é que os sujeitos desrespeitados e não-reconhecidos poderão expor à luz um modo de vida, uma necessidade e/ou desejo afim de reformular os padrões.

O alemão, debruçado em suas pesquisas, aponta que desde as mais antigas manifestações sociais, como as reivindicações dos trabalhadores do século XIX, os grupos de mulheres do século XX, os protestos de afro-americanos na década de 1920, já indicavam que o plano de fundo dos movimentos pautava-se na humilhação e desrespeito social (Fraser, Honneth, 2003). Sentimentos que, como já vimos, estão intimamente ligados com violações do reconhecimento na teoria honnethiana. Pode-se afirmar, desta maneira, que a experiência de injustiça está regularmente associada com a ausência de reconhecimento.

Tendo em vista o desenvolvimento das sociedades capitalistas contemporâneas, Honneth formula uma teoria que ancora-se à uma única base normativa, isto é, compreende às injustiças e os conflitos sociais dessas sociedades como oriundos da violação do reconhecimento intersubjetivo. Tem-se um modelo teórico pautado por um monismo centrado no conceito de reconhecimento para dar explicação às assimetrias e disfunções observadas nas mencionadas sociedades.

Vale mencionar, para evitar equívocos quanto a compreensão do termo, que o alemão não apreende o conceito de reconhecimento como a forma reducionista de “reconhecimento cultural”, no âmbito estrito da cultura. O “reconhecimento”, na formulação da teoria honnethiana, deve ser entendido como às expectativas morais de comportamento internalizadas e sustentadas pelos indivíduos diante da interação social com outros sujeitos.

Honneth (2004) comenta que tem-se bons motivos para afirmar que a construção das identidades individuais esteja galgada nos estágios de internalização de padrões de reconhecimento social. A subjetividade humana estaria ancorada, minimamente, em formas de interação que garantem o reconhecimento mútuo na interação social. Quando não há o estabelecimento de relações recíprocas de internalização, ter-se-á como consequência experiências sociais de desrespeito e humilhação na própria formação da identidade do indivíduo. (Honneth, 2004). Ademais, deve-se ter em mente que, para ele, o reconhecimento assume caráter normativo-descriptivo – sendo compatível com uma postura crítica de análise.

Para o autor, é importante que tenha em mente que as ações humanas não são estrategicamente orientadas e, para além, a motivação dos conflitos sociais não é advinda apenas do interesse. Honneth compreende que, para entender as relações intersubjetivas pautadas pelo reconhecimento, as ações humanas – bem como a motivação dos conflitos sociais – são oriundas de sentimentos com caráter normativo. Ao analisar as motivações dos conflitos sociais e políticos pelo prisma de expectativas morais atreladas à interação social e ao reconhecimento recíproco, a teoria honnethiana lança luz e indica que tais movimentos não devem ser compreendidos como meras manifestações de interesse de um determinado grupo específico.

Procura-se apreender sob um novo olhar as injustiças sociais: à partir de uma perspectiva de acordos intersubjetivos, isto é, o cerne da questão da moralidade estaria pautada por relações recíprocas de reconhecimento. O autor propõe um modelo crítico de análise que se distancia das teorias pautadas criticamente em relações entre sujeitos e objetos. A teoria formulada por Honneth aproxima-se da intersubjetividade e o conceito chave de reconhecimento adota uma caráter normativo – possibilitando sua postura crítica dentro da teoria proposta.

Dentro dessa perspectiva, de uma teoria da intersubjetividade, o alemão abre a hipótese de se averiguar os conflitos sociais sob o viés do reconhecimento, ou seja, uma luta moral por reconhecimento recíproco. Assim, pode-se pontuar como ocorre e ao que se deve tais conflitos seguindo uma lógica estruturante capaz de estabelecer um vínculo entre o surgimento desses conflitos sociais até o seu potencial normativo.

É relevante destacar que os conflitos sociais são entendidos pelo autor como a não construção recíproca das relações intersubjetivas de reconhecimento. Não sendo, portanto, fonte dos conflitos sociais os antagonismos de interesses dos grupos sociais. Independentemente da

demanda, os conflitos sociais teriam um ponto de congruência: a ampliação das relações de reconhecimento existentes que, em alguma medida, não estão sendo construídos de maneira recíproca e simétrica na interação social⁶. As expectativas morais de comportamentos pelos parceiros nessa interação não estão possibilitando a relação intersubjetiva mútua ocasionando a motivação para as reivindicações sociais.

O potencial normativo último da teoria do reconhecimento de Honneth seria, assim, intrinsecamente alicerçada no interesse humano, isto é, na ampliação das relações de reconhecimento. Por conseguinte, é justamente esse potencial normativo da teoria que o permite constatar um padrão na construção de movimentos de emancipação, de justiça social.

Como já mencionado, todos os conflitos sociais, na teoria de honnethiana, estaria balizados pela violação do reconhecimento – inclusive as demandas que deflagram as desigualdades materiais e econômicas (Fraser, Honneth, 2003; Mattos, 2004). A partir dessa perspectiva, tanto as reivindicações por redistribuição material quanto as reivindicações por reconhecimento da diferença estariam ancoradas e contemplados na análise formulada pelo autor: o sentimento de injustiça presente nos dois tipos de reivindicações desencadearia os conflitos e as manifestações por reconhecimento.

Esse é um dos pontos principais para a compreensão de sua teoria. No desenvolvimento lógico do seu pensamento, Honneth deixa explícito que os conflitos por redistribuição de recursos são lutas por reconhecimento. Para o autor, as experiências de privação econômica e desigualdade social gerariam sentimento de injustiça e este estaria atrelado com o não-reconhecimento ou o equivocado reconhecimento. Posto de uma outra forma: as reivindicações por redistribuição de recursos representa uma luta por reconhecimento porque apresenta uma violação dos acordos firmados intersubjetivamente e que possuem validade normativa socialmente. (Honneth, 2004; Mattos, 2004). É a partir da experiência de não-reconhecimento - que são gerados os sentimentos de injustiça e desrespeito - que Honneth consegue reconstruir a motivação moral dos conflitos sociais, mesmo daqueles que essencialmente lutam por demandas materiais, econômicas.

⁶ Conforme Honneth (Fraser, Honneth, 2003) aponta, desde o início da pesquisa sobre o movimento operário, o reconhecimento já se fazia presente e lançava suas marcas nos objetivos dos trabalhadores de classes mais baixas na medida em que os protestos emergiam e gradualmente ganhavam força no capitalismo. Ainda segundo Honneth, historiadores já apontavam para uma tendência de que a fonte de motivação para as resistências e protestos era gerada a partir dos sentimentos de injustiça e desrespeito.

É pertinente atentar ao fato de que a teoria postulada pelo alemão não nega ou exclui a existência de reivindicações por redistribuição de bens e recursos. O autor preocupa-se em reconstruir essas reivindicações sob o viés da perspectiva normativa de sua teoria para que, desta maneira, pudessem ser esclarecidas de maneira mais adequada à sua análise. Ao apreender que a luta por reconhecimento não está atrelada a um caráter meramente cultural ou identitário, Honneth aproxima a luta por reconhecimento com o caráter moral – constituindo, assim, a gramática dos conflitos sociais. É diante dessa análise que, para o autor, não importa qual conflito social esteja sendo analisado, todos os conflitos sociais anseiam por reconhecimento – uma motivação moral – que lhes são indispensáveis para a auto realização pessoal enquanto indivíduos na sociedade. Em síntese, a justificação dos objetivos dos conflitos sociais não perpassam por uma teoria social ou por mecanismos sociais que produzem as desigualdades, mas sim pela experiência de injustiça e desrespeito.

Em poucas palavras, para Honneth, a gênese das lutas por justiça passa por sentimentos morais de injustiças e são esses os sentimentos balizadores de todos os conflitos sociais – mesmo que sejam lutas por redistribuição material. Para o autor, as distinções das lutas entre redistribuição e reconhecimento assumem um papel coadjuvante na perspectiva dos conflitos sociais porque, em seu entendimento, as demandas por redistribuição podem ser compreendidas como violações nas relações intersubjetivas, tornando-se relações assimétricas no que tange o reconhecimento, o respeito e a estima social – sentimentos que são, ao final e ao cabo, os disparadores de toda luta social.

Na visão do autor, Hegel estava certo sobre as origens que impulsionam os conflitos sociais. Em sua juventude, Hegel afirmava que as diferentes esferas da vida social relacionavam-se com diferentes esferas de desrespeito⁷. Honneth entende que o desenvolvimento das sociedades capitalistas fomentaram a divisão em esferas do reconhecimento. Isso porque, devido ao processo de evolução das relações intersubjetivas, alguns fenômenos sociais tornaram-se independentes – como por exemplo as relações sexuais que deixaram de ser atreladas a economia e as pressões

⁷ Para Hegel, a intersubjetividade era construída a partir das concepções de reconhecimento/aprovação do outro. Deriva-se do reconhecimento as aceções sobre liberdade, auto-realização e justiça. Como Hegel demonstra, a escravidão nega o reconhecimento do outro – o sujeito escravizado – e, por esta razão, acarreta numa autosubversão. O não-reconhecimento significa que alguém não possui certas qualidades e habilidades positivas que merecem reconhecimento. Ver mais em Williams (1997) e Honneth (1992).

sociais e tornaram-se mais abertas aos sentimentos de mútua afetividade entre sujeitos. (Fraser, Honneth, 2003, Honneth 2004)

A separação tripla das formas de reconhecimento está presente na obra tanto de Hegel quanto de Honneth porque, segundo esse, estas três esferas estão relacionadas com a formação das identidades individuais, imprescindíveis para a experiência de auto realização dos sujeitos (Honneth, 2004). Esta divisão pode ser considerada uma forma progressista do reconhecimento e que são compreendidas pela esfera do amor, a esfera dos direitos e a esfera da solidariedade. Tais esferas correspondem os princípios normativos de reconhecimento para a justa concepção de justiça social nas sociedades modernas. (Honneth, 2004)

A esfera do amor está relacionada com as pessoas da sociabilidade primária como família, companheiros e amigos. Vale mencionar que esta forma de reconhecimento não está relacionada restritamente às relações de caráter sexual, mas relações que possuam uma forte ligação emotiva. Esta esfera de reconhecimento é suportada por relações com princípios de cuidado e afetividade. Esta forma de reconhecimento tem como resultado, na interação social, a autoconfiança.

Alguns eventos históricos importantes culminaram para a expansão dessa esfera do reconhecimento. São eles o marco da infância e a emergência do casamento romântico burguês. A infância, desde as rudimentares atitudes de amor e cuidado, torna-se um período de vida dos indivíduos em que se reconhece institucionalmente a necessidade de proteção especial. Já o casamento passou a ser entendido como uma instituição que expressa um tipo particular de relação intersubjetiva entre sujeitos, isto é, um par de sujeitos que zelam pelo cuidado amoroso da vida um do outro (Fraser, Honneth, 2003).

A expansão do modo de produção capitalista acarretou em mudanças significativas nas relações intersubjetivas e, sobretudo, nas relações da primeira esfera do reconhecimento. As alterações de atitudes dessa primeira esfera apontam para sujeitos que aprenderam a sua capacidade de enxergarem em si mesmos indivíduos com suas próprias necessidades, marcadas por relações de práticas mútuas de afeto e cuidado. (Fraser, Honneth, 2003) Por esta razão, experiências indesejadas, desrespeitos injustificáveis contribuem para a ampliação do entendimento e da atitude com o cuidado. Espera-se ser apoiados, amados, aconselhados e cuidados como base normativa desse tipo de reconhecimento.

As alterações que ocorreram no bojo das interações amorosas também foram sentidas graças ao que ficou conhecida como a “revolução sexual” nos anos de 1960. A equiparação jurídica de homens e mulheres, a inserção gradual das mulheres no mercado de trabalho, a possibilidade de controle da gravidez através das pílulas anticoncepcionais e a desvinculação do sexo antes e fora do casamento são alguns elementos que possibilitaram a democratização das relações de gênero nos relacionamentos mais íntimos dos indivíduos. Desta maneira, as interações amorosas, como eram conhecidas até então, tiveram que se reconfigurar e se abrirem para negociações, alicerçadas no reconhecimento afetivo recíproco entre os integrantes. A “revolução sexual” demandou novas formas de reconhecimento na esfera pública e privada da vida social.

A segunda esfera compreende os direitos. Esse tipo de reconhecimento está relacionada com o desenvolvimento da esfera jurídica, ou seja, é a esfera em que os indivíduos são reconhecidos como moralmente imputáveis e autônomos na interação social. Os indivíduos se reconhecem nessa esfera de reconhecimento como sujeitos que expressão interesses universalizantes como membros da sociedade – detém os mesmos direitos e deveres que os outros. Esta forma sucede, na interação social, o autorespeito.

Anteriormente à sociedade capitalista, o reconhecimento legal dos indivíduos estava diretamente interligada com a sua posição social, sua origem ou sua profissão. Com o avanço das relações capitalistas dentro da sociedade, esse tipo de relação hierárquica foi rompido e, agora, as relações de respeito e estima legal são frutos dos princípios de equidade e igualdade social. Nessa nova perspectiva, todos os sujeitos estariam submetidos, pelo menos na esfera normativa, as mesmas regras e gozavam dos mesmo direitos independentemente de uma hierarquia valorativa. (Fraser, Honneth, 2003)

É importante frisar que a mudança estrutural acerca dos direitos com o progresso da sociedade capitalista revolucionou o modo de vida social. Não é exagero apontar que o escopo do reconhecimento legal foi deveras expandido em decorrência da subversão dos valores anteriormente pautados em conquistas hereditárias – em razão da origem ou de bens materiais. (Fraser, Honneth, 2003). A partir do momento que emergem-se a ideia normativa de equidade, a estima social estaria vinculada às conquistas individuais e, conseqüentemente, o reconhecimento legal.

Toda a modificação do reconhecimento da esfera do direito pode ser analisada sob dois aspectos fundamentais. Um deles diz respeito a noção de meritocracia enquanto cada indivíduo

gozará de reconhecimento e estima social mediante aquilo que seus esforços individuais puderem alcançar. Outro aspecto concerne o fato da hierarquia valorativa ter sido substituída pelo senso de democracia entre todos os sujeitos da sociedade reconhecidos como iguais e pares no que tange a dignidade e autonomia legal (Fraser, Honneth, 2003).

Solidariedade⁸ é a última esfera de reconhecimento formulada por Honneth. Esse tipo de reconhecimento está relacionada não apenas a esfera privada da vida social – família, amigos – ou a esfera jurídica – reconhecimento jurídicos –, mas está também atrelada a uma estima social coletiva. Isto é, os indivíduos são reconhecidos como dignos de estima social – a simetria dessa estima social, no coletivo, é a condição primordial para a concretização da justiça.

Os indivíduos aprendem, nesse tipo de reconhecimento, que são sujeitos com capacidades e habilidades que são valiosos para a sociedade e, a partir dessa compreensão, são dignos de igual respeito e prestígio social que os demais (Fraser, Honneth, 2003). Por fim, esta forma resulta em autoestima na interação social.

A violação destas formas de reconhecimento trazem, na visão de Honneth, três formas de desrespeito: 1) maus tratos físicos que reflete na integridade física; 2) exclusão que incide sobre a integração social e; 3) degradação que reflete diretamente na dignidade humana.

Ao passo que se avança nas esferas de reconhecimento mútuo, surgem novos aspectos da subjetividade humana que ganham destaque nas relações intersubjetivas (Fraser, Honneth, 2003). Sendo assim, é somente através das atitudes e das relações que demandam reconhecimento recíproco que seria possível a contínua expansão das fronteiras do reconhecimento. Ademais é a partir das relações mútuas simétricas que se consegue construir uma identidade positiva. Desta maneira, é primordial que se tenha na sociedade o reconhecimento dos indivíduos como parceiros na interação social para que, assim, tenha-se a edificação de consciências, identidades, auto estima, prestígio social nos sujeitos.

Para o autor, portanto, a superação de todas as formas de subordinação social dar-se-á por relações simétricas de reconhecimento entre os sujeitos da sociedade. O conceito de reconhecimento é apreendido pelo alemão como a confirmação contínua e ininterrupta de uma valorização positiva dos sujeitos nas mais diferentes esferas de ação social. A comunicação, para esse fim, é de extrema relevância.

⁸ Esta forma sofreu uma reformulação e, em obras mais atuais, pode ser identificada como a forma de distribuição de recompensas materiais. Ver mais em (Feres, 2006).

Os diversos tipos de violências sofridas cotidianamente por grupos marginalizados na nossa sociedade, aqueles que estão mesmo na franja mais esgarçada das funções sociais e do prestígio social, acarretam em distorções subjetivas que demandam um olhar mais atento. Honneth aponta que as inúmeras formas de privações, desrespeito, negligência e abusos experimentadas por esses grupos à margem da sociedade geraram os sentimentos necessários para as reivindicações por reconhecimento social. Como afirma o autor, a gênese da luta por justiça social é permeada por sentimentos morais de injustiça (Fraser; Honneth, 2003).

Por esta razão, escolhemos a teoria do reconhecimento de Honneth para ser o plano de fundo e fio condutor de toda a construção da pesquisa da presente dissertação. O autor acredita que as relações intersubjetivas distorcidas provocam os sentimentos de injustiça e desrespeito e tais sentimentos seriam os propulsores para a luta social por reconhecimento mútuo. O reconhecimento é derivado da interação social entre os pares sociais e, nessa interação, a assimetria entre as partes reflete a construção de consciências e identidade díspares.

Esse debate nos fornece elementos que propiciam mais interpretações para a adoção da política de cotas raciais. Não apenas por uma interpretação de reparação histórica ou economicista, mas também na visão da construção de indivíduos com maior auto estima, prestígio e reconhecimento social. Muito além do caráter reparador, as teorias da justiça formuladas por Honneth pode nos ajudar a compreender mais amplamente os efeitos da Ação Afirmativa no Brasil.

Capítulo 3. Desigualdades raciais e Ação Afirmativa

A assimetria racial observada no Brasil é oriunda de um processo longo, perverso e sistemático. Deu-se de maneira simbólica e material e permanece reproduzindo-se diariamente. A seguir, debateremos como é entendida, por parte das ciências humanas e sociais aplicadas, o binômio “cor/raça” na atualidade, os desdobramentos do nosso modelo de sociedade que hierarquiza valores e signos e, conseqüentemente, gera constantes desigualdades raciais.

3.1. Entendendo os conceitos preliminares: cor/raça

O conceito de “raça” é considerado recente como o conhecemos hoje nas ciências sociais, visto que o debate se intensificou nas últimas décadas do século XX. Hoje em dia, as ciências sociais estão em concordância que “raça” é uma construção social e histórica. Sendo assim, os critérios pelos quais o conceito é aplicado podem se diferenciar bastante de uma localidade para a outra e, assim, mudar a percepção desse conceito. Para além disto, o termo se aplica como classificador social e continua sendo uma das ferramenta de estudo das teorias raciais nas ciências sociais.

Temos, assim, um termo carregado de ideologia. Por esta razão, foi bastante usado pelos movimentos sociais, jovens negros, ativistas e militantes como artifício político de integração desses sujeitos historicamente marginalizados frente às desigualdades de tratamento e oportunidade. Assim, na sociedade brasileira, como observa Guimarães (1999) têm-se dois eixos de entendimento: 1) aquele que promove o esvaziamento do conceito visto que não existem variações biológicas significativas para caracterizar uma “raça humana” e; 2) aquele que reconhece a ausência dessas “raças” na conotação biológica, embora use o termo no âmbito da luta social.

Guimarães é categórico ao declarar que

“raça” é não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de “cor” enseja são efetivamente raciais e não apenas de “classe”. (Guimarães, 2002: 50)

Outro conceito que devemos abordar é o de “cor”. Este termo, no Brasil, é compreendido como a “cor da pele” e serve como símbolo classificatório. Tal modelo de identificação faz referência explícita à política do embranquecimento no país - uma vez que surgem nuances entre

“brancos” e “pretos” em decorrência desta política⁹.

O resultado desse processo é o registro de “moreno”, “moreno claro”, “mulato”, “pardo-claro”, “claro” e outras dezenas de nomenclaturas para definição da cor dos brasileiros¹⁰ na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do ano de 1976. O conceito de cor é, desta maneira, um importante marcador social entre os brasileiros. Embora, seja razoável supor que havia, naquela época, um esvaziamento no poder de demarcação social como “negro” e “pardo” muito grande (Guimarães, 2007; Sansone, 2003).

Ainda que a cor da pele, no Brasil, seja o critério único para determinação da cor (sem levar em conta outros critérios como textura dos cabelos, lábios, nariz, ancestralidade, cultura e tradição), haveria a possibilidade de serem considerados “brancos” os “mestiços” com traços finos, bons costumes e escolarizado. Isto porque, diferentemente do observado nos Estados Unidos, a cor da pele no Brasil é classificada indivíduo por indivíduo sem interferência da ancestralidade ou origem. Por esta razão, os filhos brancos de pais negros podem, no Brasil, angariar prestígio social diferente de seus progenitores.

A classificação racial nos Estados Unidos obedece critérios rígidos que envolvem um simples cálculo demonstrativo: uma pessoa negra gera filhos negros. Levado ao extremo, pessoas de cor de pele branca, com os olhos azuis e cabelos lisos e loiros podem ser consideradas negras por ter um dos genitores negros. Nesse sistema birracial dos norte-americanos, a análise racial é muito é muito demarcada – uma vez que é fixado a política de “One-Drop Rule”¹¹ ou “Regra de uma gota”. Ou seja, qualquer pessoa que tenha um antepassado de origem africana, nos EUA, é considerado negro. Como se vê, nos Estados Unidos, o critério da ancestralidade é preponderante na análise racial. (Harris, 1964)

Conforme Harris (1952, 1964) identificou, no Brasil, as classificações de cor são mais flexíveis e subjetivas. Essa análise racial no Brasil é feita a partir de um cálculo com muitas mais variáveis, mais complexo do que apenas o critério descendente utilizado pelos norte-americanos.

⁹ Harris (1952) já havia salientado, em seu estudo sobre Minas Gerais, que não poderia afirmar com segurança as características gerais de cor das pessoas que ali habitavam. Não se podia afirmar com convicção que eram completamente caucasianas ou totalmente negras. Eram, por assim dizer, nas palavras do autor, um híbrido desses dois grupos.

¹⁰ Antes do IBGE definir as cinco cores (branco, pardo, preto, amarelo e indígena) utilizadas atualmente para o censo demográfico, atingimos cerca de 135 cores autodeclaradas em pesquisa no ano de 1976. Ver Turra e Venturi (1995).

¹¹ Ver mais em Sansone (2003) e Ho e Sidanius (2010).

Em adição, o critério racial brasileiro envolve um sistema complicado que perpassa os méritos e deméritos, o grau de escolaridade, a saúde física, o aspecto dos cabelos e a cor da pele.

Dentro desse sistema que envolvem muitas variáveis, criou-se uma crença popular de que “o dinheiro embranquece”. Ou seja, dependendo do grau de brancura da pele e de suas habilidades e aptidões, alguns sujeitos seriam lidos socialmente como os signos do “brancos” e, assim, poderiam usufruir dos privilégios concedidos a partir da cor da pele¹². (Guimarães, 1999; Harris, 1964; Fanon, 2008).

Este parâmetro de cor não é habitual apenas no Brasil, visto ser recorrente em países da Europa ocidental. Tal parâmetro tem aceitação e utilização nos meios de comunicação em geral e na sociologia contemporânea brasileira – que viabilizou ainda mais a popularização do termo nesta linha de raciocínio.

Silva Jr (2002) sintetiza a forte intervenção da noção de “cor” que opera no país ao afirmar que

Por influência do pensamento racista, e de sua apropriação pelo senso comum, a cor passou a ser um dos elementos definidores de lugares sociais ocupados pelos grupos de cor, mantendo-se os de cor branca – ou que assim se reconheçam e/ou sejam reconhecidos – como os menos afetados pelas diferenças sociais baseadas na cor. (2002: 15)

É, por esta lógica, que os brasileiros fazem as leituras dos outros sujeitos sociais. Quando postos em espaços públicos, os indivíduos da nossa sociedade classificam-se entre si, primeiramente, pelo binário de gênero e, após, se utilizam de um conjunto de características físicas e simbólicas para enquadramento no processo classificatório racial.

Vale mencionar que não é simples essa marcação racial no Brasil, visto que é um conceito que carrega muita subjetividade e depende de uma série de outros elementos que permeiam a vida social, profissional e acadêmica dos indivíduos. Mais do que isso: também são levadas em conta

¹² A esse respeito, o livro do filósofo martinicano Frantz Fanon é um claro exemplo de como a proximidade do que é incorporado pelos brancos e dos valores concernente a estes proporcionam um prestígio diferenciado às pessoas de cor. Fanon (2008) observa, de maneira provocativa, que o destino dos negros é um só. E esse destino, por mais difícil que possa parecer admitir, é branco. Logo, dominar os instrumentos e valores incorporados pelos brancos é quase que tornar-se branco, isto é, ser reconhecido socialmente como cidadão. A linguagem é um dos marcadores sociais de distinção entre pessoas. A partir de suas experiências, Fanon (2008) indica que o uso da língua formal correta, com a perfeita pronúncia e dicção, caracteriza um patamar hierárquico valorativo acima frente ao uso da língua crioula na pequena ilha francófona na América.

as relações interpessoais estabelecidas. Desta maneira, fazer a classificação racial pela cor, no Brasil, é incluí-lo em um determinado grupo com características semelhantes mais do que fenotípicas ou genéticas, e sim um grupo que partilha, também, a cultura, a educação, as tradições e localidades.

3.2. Desigualdades raciais no Brasil: como operam?

Destaco três elementos importante para a compreensão das existentes desigualdades na sociedade brasileira – já assinaladas por outros autores como Holanda (2016): 1) caráter hierárquico acentuado; 2) relações altamente patriarcais e; 3) autoritarismo. Tais elementos se manifestam de forma híbrida em diversas esferas – social, política, cultural, econômica, institucional. Foi necessário um longo período da nossa história para que, a passos curtos, fossem desveladas e exploradas tais características pelas ciências sociais.

Um desses elementos, a saber o carácter hierárquico acentuado, é muito explorado por Jessé Souza em suas obras. Segundo o autor, para construir um Estado-nação é necessário que se gere uma base simbólica de valores e signos, partilhados por todos, forte o suficiente para aglutinar esses elementos no “imaginário social”. Além disso, tal base tem que ser consistente o bastante para superar as relações microssociais de territorialidade e ainda enfrentar a base simbólica de valores e signos advindas do outro “externo”, numa espécie de competição entre “imaginários sociais”¹³ (Souza, 2009).

As chamadas sociedades centrais, que concentram o desenvolvimento econômico, político, moral, cultural, bélico, ético do planeta, procuram universalizar a sua forma de condução de vida para outras partes do globo. Por conseguinte, as chamadas sociedades periféricas - sociedades que se localizam a margem do processo de construção de valores e signos dominantes - são constantemente bombardeadas de padrões e doutrinas que não são, muitas das vezes, aplicáveis às suas especificidades¹⁴. Sem deixar de mencionar o fato que, em diversos casos, a absorção desse

¹³ Em outras palavras, um Estado-nação terá sucesso quando conseguir criar, no imaginário social, um conjunto de valores morais, éticos, políticos que se contrapõem a qualquer outro e, ainda, resistir as investidas de outros imaginários sociais muito bem consolidados. (Souza, 2009) É o caso do *American Way of Life* que tomou conta dos Estados Unidos da América e se espalhou por toda a América Latina como a forma correta para se conduzir a vida em sociedade. O estilo de vida americano ganhou tanta força e fez tanto sucesso, no âmbito material e imaterialmente, que conseguiu ultrapassar certos signos historicamente construídos em outros países do continente, como México, Canadá, Brasil e Panamá.

¹⁴ Immanuel Wallerstein, em seu célebre livro “O universalismo europeu: a retórica do poder”, descreve de que maneira esse processo de bombardeamento material e imaterial das chamadas sociedades centrais ocorre no mundo.

arsenal simbólico não se realiza de maneira apropriada porque os países periféricos não possuem a estrutura necessária para consolidar tais valores e signos em suas sociedades.

Ao tratar o Brasil como uma sociedade moderna periférica do tipo nova, Souza desenvolve uma linha de raciocínio que envolve o seguinte pensamento: diante de um determinado imaginário social, as reações, as mudanças e as transformações ocorridas com a maturação e consolidação de uma nova ordem moral é um desafio. Dessa forma, cada sociedade responderá de uma forma diferente a justaposição com o imaginário social anterior. (Souza, 2003).

Esse processo se deu no Brasil de forma violenta – uma vez que, segundo Souza (2003), não houve a possibilidade de reação ou compromisso com a cultura material e simbólica que estava invadindo o país quando o processo de expansão do capitalismo central penetrava em nossa sociedade. Não se processou de forma homogênea e igual por todas as esferas da vida social a penetração dessa ordem social competitiva. Ademais, em vista disso, temos consequências intrínsecas no âmbito do desenvolvimento social, econômico, político e cultural. (Fernandes, 1972)

As leituras macro e microsociais das desigualdades sempre partem de um referencial e, por esta metodologia, estamos comparando dois objetos que não partilham das mesmas especificidades, vivências, experiências, história. Tanto as diferenças entre indivíduos quanto as diferenças entre Estados-nações e sociedades devem levar em consideração os diversos aspectos que findam na construção histórica de determinado objeto de análise.

Desta forma, as desigualdades que, num primeiro momento, eram lidas como sendo oriundas do mérito, ou do demérito, tornam-se resultado de um sistema muito mais amplo de variáveis que culminam nas dissimetrias existentes. Por essa ótica, fica mais fácil de questionar as práticas e justificações desses sistemas de desigualdade. As causas e os efeitos da assimetria social não convertem-se mais, de maneira substancial, em algo natural e justificável – para os corajosos o bastante para refletir criticamente sobre essa questão.

Souza explica que

Wallerstein preocupa-se em construir a teoria do Sistema-Mundo visando explicar de que forma a expansão europeia e dos povos europeus se deu. Sabe-se, pois, que o poder militar, a exploração econômica, a injustiça em massa, a violação de direitos foram mascarados do discurso de “bem maior”, de “civilizatório” no intuito de ambicionar seus valores como universais. (Wallerstein, 2007)

O que está em jogo aqui é uma noção historicamente construída e culturalmente contingente de personalidade e de condução de vida que vai separar e unir, por vínculos de solidariedade e preconceito, pessoas e grupos sociais em superiores e inferiores, segundo critérios que passam a dever sua objetividade incontestável ao fato de estar inscritos na lógica opaca e intransparente de funcionamento de Estado e mercado. (Souza, 2005: 49)

O Estado e o mercado aparecem como instituições centrais na dinâmica desse sistema de desigualdade pois estes representam o complexo disciplinador e coercitivo do mundo moderno ocidental. Além disso, são trajados dos aparentes princípios de eficiência, moralidade, mérito e igualdade¹⁵. No entanto, Souza (2005) esclarece que essa dupla institucional compõem o que se chama de uma “hierarquia valorativa implícita ao capitalismo” e que há um esforço, na ação conjunta de tais instituições, para criar uma lógica normativa neutra para o funcionamento das mesmas.

Diante do exposto, é necessário uma observação que vá além das aparências e das ilusões criadas por estas instituições para que nos deparemos com o cerne da questão da desigualdade: uma hierarquia em múltiplas esferas, que nos atinge por muitas frentes. Souza completa: “Afinal, será a noção de disciplina e controle do corpo e de suas emoções e necessidades, que passará a diferenciar imperceptivelmente, classes sociais, gênero, etnias, etc.” (Souza, 2005: 50).

É por esta razão que, conforme explicita em suas obras, Souza (2003, 2005, 2009) afirma que a variável de “raça” não pode ser entendida como o diagnóstico absoluto de nossas desigualdades, mas sim uma das variáveis explicativas para tal fenômeno.

É, pois, justamente esse absconso sistema de hierarquias valorativas que permite naturalizar muitas das dicotomias que vemos na sociedade. Isto é, homem / mulher, branco / negro, alma / corpo, razão / emoção, trabalho intelectual / trabalho manual, rico / pobre. Esse sistema dual perpassa de maneira eficaz, de um lado, as características para o reconhecimento e respeito social e, de outro, as características de autoestima individual (Souza, 2005).

À vista de tais elementos, ao receber os estímulos específicos da dupla institucional Estado e Mercado, tais instituições estão gerando e alimentando, de forma não-neutra, uma rede com

¹⁵ Souza aponta que o peso moral dessa construção é fundamental para a estruturação desse sistema. Assim, nas palavras do autor, “É precisamente esse ‘sentido’ moral que permite cimentar relações de identificação social e pertencimento grupal de modo a garantir laços efetivos de solidariedade entre os indivíduos e grupos [...]”. (Souza, 2009: 31)

grande fissura dentro da estratificação social. Tal fissura assume uma bifurcação permanente em que se encontram os qualificados socialmente em uma parte e, em outra diametralmente oposta, encontram-se os desqualificados socialmente (Souza, 2005).

Conforme aponta Souza (2005), o primeiro grupo, os qualificados, serão aqueles contemplados com altos salários, estima e prestígio social e reconhecimento. São esses, pois, que conseguem êxito ao adaptarem-se as exigências veladas do sistema hierárquico valorativo. O outro grupo, por sua vez, os desqualificados, serão aqueles que receberão menor salários, pouca ou nenhuma estima e prestígio social e reconhecimento. Aqui, encontram-se aqueles que não obterão sucesso em se adaptar às exigências da dupla institucional Estado e mercado.

Souza (2005) indica que exista uma espécie de legitimação dessa política do mérito, ou do demérito, a partir de elementos não-explicitos formalizados pela dupla institucional, Estado e mercado. A relação entre *habitus*¹⁶ e o sistema de hierarquias valorativas permite explicar tanto as ações disciplinadoras e coercitivas das instituições quanto os signos que são carregados pelos indivíduos dando-os visibilidade social – ainda que de maneira pré-reflexiva (Souza, 2005).

Temos aqui, portanto, o cerne da questão da nossa formação social enquanto sociedade estratificada: é a reprodução de um *habitus* que não está adaptável as demandas exigidas pelas instituições centrais. Não é meramente uma vínculo histórico com um determinado povo, uma persistente e severa utilização de um tipo de mão-de-obra, nem a forma operacional da política econômica que explicam a inadaptação e/ou marginalização de nossa sociedade. É, sim, um preconceito com um *habitus* específico – julgado como improdutivo – e que comanda todas as classificações e distinções sociais nesse contexto legitimador impessoal (Souza, 2005).

A imagem pacífica das relações raciais brasileira tem como modelos as hostilidades e tensões dos países em que essas relações foram fortemente marcadas pela discriminação direta, formal e institucionalizada. O Brasil, assim sendo, tinha como padrão de sociedades racistas e discriminatórias aquelas que passavam por processos similares aos dos Estados Unidos e da África do Sul. Nesses países, houve conflitos excessivamente violento e repressivos, como é o caso da

¹⁶*Habitus* seria um sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturantes que estão pré-dispostas a funcionarem como princípio gerador e estruturador de práticas e representações podendo ser ou não fruto de regras e obediência, de forma conscientes ou não pelos indivíduos. São, por assim dizer, uma matriz de percepção, de apreciações e de ações que integra todas as experiências passadas (Bourdieu, 1983).

Guerra Civil Americana que teve por estopim a questão da abolição da escravatura, e o sistema legal de *apartheid*, no caso sul-africano, que consistia num regime de segregação racial, decretado em lei, o qual perdurou entre os anos de 1948 a 1994.

No Brasil, por outro lado, as relações eram mais íntimas, mais fluídas. A forte construção cultural de uma país mestiço, harmônico entre as raças deu a ilusão de que as nossas relações raciais não foram, de modo algum, comparáveis às experiências de outras sociedades ditas racistas. A assim chamada “democracia racial” brasileira ganhou repercussão internacional. Felizmente, estudiosos como Florestan Fernandes, criticaram duramente esse fenômeno e pôs luz a forma perversa de como as relações raciais no país foram construídas para preservar o *modus operandis* da antiga sociedade escravista: a hegemonia racial que mantinha uma raça como a “dominante” sem qualquer democratização racial efetiva no que concerne renda, prestígio social e poder. (Fernandes, 1972).

Embora tenha-se tornado um mito, a “democracia racial” à brasileira permanecerá viva como a representação de que, no Brasil, são as relações entre brancos e negros que compõem a nação. Isto é, dentro do imaginário social do nosso país, a “democracia racial” ainda prevalecerá como, por um lado, uma falsa ideologia e, por outro, como o mecanismo pilar de interpretação da nossa cultura (Guimarães, 2002).

É curioso notar que, como salienta Fernandes (1972), com o fim do regime escravista brasileiro, não houve qualquer estrutura ou política material econômica, social, jurídica ou trabalhista para a integração democrática dos recém libertos. De fato, ocorreu certa mobilidade social, porém obedeciam a operacionalização da nova ordem social e, por esta razão, possuíam limites bem estabelecidos.

Os recém libertos, raras vezes, estiveram ocupando cargos e funções de prestígio social nessa nova estratificação social. Na ordem competitiva da sociedade, o negro estivera sempre um passo atrás do branco e esse desequilíbrio provava, no plano concreto, a superioridade do branco sobre o negro. (Fernandes, 1972)

Vemos, portanto, que a configuração societária na era do trabalho livre do Brasil culminou em uma cenário de desvantagens e desigualdades entre as raças. A ausência de uma democratização de condições e oportunidades efetiva sentenciou de forma profunda os negros a

restrito prestígio social, pouco poder econômico, cultural e social. Assim, os cargos e funções de maior reconhecimento na sociedade concentraram-se entre aqueles que tinham as melhores condições na competição: os brancos (Fernandes, 1972). É em decorrência desse fenômeno que temos, até os dias atuais, estatísticas oficiais que estampam as desigualdades sociais e raciais vividas no Brasil. A partir dessas estatísticas, podemos indicar que nossas desigualdades têm marcadamente as categorias de cor e raça como um elemento fulcral para a compreensão das mesmas.

Vejamos com atenção. Segundo a PNAD-Contínua, no final do ano de 2016, autodeclararam-se pardos 47,2% e autodeclararam-se pretos 8,2% da população total do Brasil. Somando tais dados, obtemos mais da metade da população, pouco mais do que de 55%, que se autodeclara como não-branca. É importante mencionar que, em alguns estudos, agregam-se “pardos” e “pretos” sob a categoria de “negros”. Diante disso, não é errôneo afirmar, a partir desses dados, que negros não são minorias quantitativas no Brasil.

Agora vejamos a proporção de desocupados no país. Importante frisar que, para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – órgão executor de tais pesquisas – o conceito de “pessoa desocupada” refere-se aqueles que estão aptos, disponíveis e à procura de ocupação no mercado de trabalho. O conceito ainda engloba aqueles que estão aptos, disponíveis e não estão mais à procura, pois já conseguiram ocupação com início em até 4 meses a data da referência da pesquisa.

No início de 2012, o percentual de desocupados pardos era de 48,9%, seguido de 40,2% de brancos e 10,2% de pretos. No início de 2018, subiu o número de pardos e pretos no contingente de desocupados: 52,6% e 11,6% respectivamente. Enquanto o número de brancos no contingente de desocupados diminuiu para 35,2%. Notamos que, embora não seja desprezível o número de brancos na estatística de desocupados, o desemprego em nosso país tem cor e raça definido. Uma vez que quase 65% do total de desocupados no Brasil são negros.

Os níveis de rendimentos reais médios por cor e raça chamam a atenção. Nesse quesito, encontramos dados cruciais de serem analisados. No final de 2016, o rendimento real médio dos brancos foi de R\$ 2.660 enquanto o rendimento real médio de pardos e pretos eram de 55,6% e 54,9% o rendimento do branco. Isto é, em valores reais, R\$ 1.480 e R\$ 1.461. Não é uma hipérbole

afirmar, portanto, a partir da leitura desses dados, que os rendimentos médios de pardos e pretos equivalem a metade dos rendimentos médio de um branco.

Os resultados apresentados pelo Atlas da Violência 2018, uma pesquisa conjunta do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), corroboraram na identificação de mais variáveis preocupantes no que concerne o cotidiano e a vida da população negra brasileira. Segundo as estatísticas apresentadas pelo Atlas, em 2015, um jovem negro tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que um jovem branco no Brasil. A taxa de homicídio negro também assusta: em 2016, 40,2%. Número 2,5 vezes maior do que a taxa de homicídio branco (16%). Outrossim, são os pardos e pretos as maiores vítimas de atuação policial do país – representando 76,2% dos sujeitos mortes em decorrência de ações policiais. Vale salientar também que é o negro o perfil majoritário da população carcerária brasileira.

No que tange a educação, os dados também não são animadores para os pardos e pretos. Os níveis de instrução entre os grupos de cor e raça possuem uma disparidade considerável. Os dados da PNAD-Contínua sobre Educação do ano de 2016 nos mostram tais diferenças: entre as pessoas brancas com 25 anos ou mais, grupo etário que já poderiam ter concluído o processo regular de escolarização, 22,2% delas já haviam concluído o ensino superior. Enquanto entre o mesmo grupo etário, apenas 8,8% das pessoas pretas e pardas haviam concluído o ensino superior.

No outro extremo das estatísticas, encontramos assimetrias significativas. 7,3% de pessoas brancas afirmaram não ter sido instruídas de qualquer forma. Já 14,7% de pessoas negras não foram instruídas – um número que corresponde mais do que o dobro das pessoas brancas sem instrução.

Em adicional, como os fenômenos sociais estão altamente interligados, diversos estudos (Lochner, Moretti, 2004; Santos, 2009; Scorzafave, Soares, 2009; Hjalmarsson, Lochner, 2012) mostram o quanto a educação é um investimento significativo para a redução de atividades criminais – tanto na esfera estatal quanto na esfera de vida pessoal. A educação apresenta indicadores que refletem um efeito líquido negativo entre o nível de escolaridade e a criminalidade: o custo de se cometer um crime aumenta quanto maior for o nível de escolaridade do indivíduo, ou seja, quanto maior for o nível de instrução, menor será a incidência de crimes.

A educação superior é um dos fatores de distinção entre os indivíduos na nossa sociedade. Visto que uma grande parcela da população brasileira é excluída do acesso à universidade, a proporção de profissionais qualificados com nível superior completo é pequena frente ao número de profissionais disponíveis no mercado de trabalho. Por esta razão, o salário dos profissionais mais qualificados consegue ser, no mínimo, duas vezes maior do que os profissionais menos qualificados, conforme estudos do IBGE e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Tendo isso em mente, a educação figura como um forte elemento de ascensão social, capaz de impactar permanentemente na vida dos indivíduos e de suas famílias. A educação é, portanto, um tipo de capital indispensável em sociedades modernas – tanto quanto um componente essencial para a geração de riqueza, tanto no impacto positivo que influencia o desenvolvimento social. (Schultz, 1967; Becker, 1993; Mincer, 1958) A redução da mortalidade infantil, a redução significativa da atividade criminal, o aumento da educação das crianças e a melhor distribuição de renda são impactos causados pela influência da educação na sociedade.

É somente com políticas sociais de longo prazo que poderemos reverter quadros de desigualdades sociais latentes em nossa sociedade. Por esta razão, a educação está sempre no plano de fundo ao longo do estudo, visto que comungamos com a ideia de que a educação é um dos elementos mais propulsores de alteração definitiva das condições das famílias brasileiras. Desta maneira, entendemos que a educação possui um caráter transformador na vida dos indivíduos – possibilitando o rompimento com o chamado “ciclo cumulativo de desvantagens”. Este ciclo não é apenas oriundo das desvantagens advindas pela herança do passado escravista, mas é ampliada no tempo presente e a cada estágio da vida social dos negros a partir das discriminações experimentadas por eles na competição social, no mercado de trabalho, no acesso à saúde, educação e cultura (Guimarães, 2002).

Dados já amplamente divulgados pelo IBGE através das PNADs¹⁷, ano após ano, confirmam que indivíduos com ensino superior completo possuem rendimento-hora médio quase 3 vezes maior do que aqueles que possuem até o ensino médio completo. Tais informações

¹⁷ Ver mais sobre essa temática na PNAD do IBGE, no ano de 2012, sujeitos com ensino superior completo ganhavam rendimento-hora médio no trabalho de R\$22,61. Já os que possuem até o ensino médio completo recebia R\$9,03 – uma diferença de 2,5 vezes a menos 2012. Vemos que a diferença salarial se mantém ao longo dos anos de ambas as pesquisas.

conseguem desvelar o potencial imensurável da educação na vida de um sujeito. E, para além, como a educação pode relacionar-se de forma positiva na repulsão à concentração de renda em nosso país, bem como da pobreza monetária e da pobreza multidimensional.

O baixo número de pessoas negras que concluíram o ensino superior, tendo em vista a íntima relação entre educação e rendimentos, não se traduz em dados animadores para a população preta e parda no que concerne a distribuição de renda no país.

Segundo a Sínteses dos Indicadores Sociais do ano de 2017, a parcela de pretos e pardos que encontravam-se no grupo dos 10% com menores rendimentos na população chegou ao patamar de 78,5% no ano de 2016. Contra 20,8% de pessoas brancas nesse mesmo espectro de menores rendimentos. Se, por uma lado, a pobreza tem cor e raça, a riqueza também o tem. Entre o grupo dos 10% com maiores rendimentos, no ano de 2016, 24,8% são negros. Na região sudeste, esse número cai para 16,4%.

Não obstante, os negros são alvos das micro-violências cotidianas oriundas do preconceito e da discriminação racial por seus modos de falar, agir, vestimentas e religião. (Fanon, 2008). Para além, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), encontram-se majoritariamente abaixo das estatísticas no que tange o acesso ao sistema de saúde, frequência ao dentista e relatam episódios de recusa de atendimento de médicos ou profissionais da saúde em decorrência da cor da pele, classe social ou renda (PNS 2013). E, incrementando ainda mais o cenário de desprestígio social, os negros são sub-representados nos veículos de comunicação de massa e nas esferas do poder político – tanto nas Câmaras, no Senado Federal e, por fim, na Presidência da República.

Ao que tudo indica, as emissoras, agências de publicidade, marketing e o próprio cinema nacional parecem ignorar solenemente que mais da metade da população é negra e continuam a produzir conteúdo de alcance da massa com a exclusão e invisibilidade dos pretos e pardos. (Gaspar, 2010, Candido, Campos e Feres, 2016). É no mínimo curioso notar que concentram-se aos homens brancos a esmagadora maioria dos papéis, direção e produção dos materiais cinematográficos de maior bilheterias do país.

A ausente representação na esfera política também é uma tônica que perpassa a população negra brasileira. Como já mencionado, pretos e pardos compõem mais da metade da população segundo estatísticas oficiais de governo e o que observamos nas casas de poder do governo é

justamente o oposto dessa diversidade. Sendo, inclusive, representados por deputados, vereadores, senadores e parlamentares que, muitas das vezes, tenham interesses políticos distintos das pautas e demandas dessa população (Gaspar, 2017).

A mobilidade social para pretos e pardos, como vemos, não se deu em um processo histórico e abrangente. A ascensão social vertical dos negros, de fato, ocorreu de forma muito tímida podendo determinar, nos dias de hoje, quais são os grupos marginalizados, periféricos, com menor prestígio, poder e reconhecimento social (Fernandes, 1972). Sendo assim, necessitamos de ferramentas capazes de homogeneizar as conquistas do “progresso capitalista” entre todos os grupos societários, e não apenas uma parcela.

As desigualdades raciais no Brasil estão presente de forma latente nas principais variáveis de análise e afetam direta e indiretamente a vida desses indivíduos. Essas assimetrias impedem a integração nacional efetiva e, dentro de um regime dito democrático, será impossível que se haja tal integração se os grupos raciais não dispuserem de mesmas condições e oportunidades para participar das estruturas nacionais de poder (Fernandes, 1972).

Apreender a desigualdade social como um fenômeno multifacetado é deveras complexo porque demanda a compreensão de muitas variáveis que estão em jogo. Em decorrência desse fato, para possibilitar um maior domínio sobre essa desigualdade e poder, com maior clareza, apontar as origens e os desdobramentos desta é necessário ampliar o espectro analítico. Assim, será fomentado, ao longo do presente dissertação, que a desigualdade seja entendida como o resultado material e imaterial de uma experiência histórica que se amplia, se contrai, segrega, une, inferioriza, superioriza e, principalmente – devo salientar – atribui reconhecimento ou não a culturas, comportamentos, pessoas, grupos sociais, regiões, Estados-nações e sociedades.

A partir do debate acerca da composição da desigualdade, conseguiremos agora refletir como se deu o processo de aplicação da Ação Afirmativa em território nacional, a saber a política de cotas raciais nas universidades públicas da federação. Os conceitos analisados até aqui forneceram uma base para melhor compreensão dos elementos chaves da discussão a seguir.

Capítulo 4. A Ação Afirmativa no Brasil - cotas raciais

A temática da política de ação afirmativa e cotas raciais é, ainda hoje, nebulosa. Por diversas razões, divide opiniões entre os segmentos da sociedade e não é absurdo pensar que até no meio acadêmico exista tal divisão. Entre os que se posicionam a favor da política de cotas raciais, os possíveis argumentos para a sua implementação e expansão perpassam: a) a dívida histórica com os afrodescendentes; b) a não igualdade material de condições objetivas entre brancos e não-brancos e; c) a desigualdade racial vivenciada ainda nos dias atuais. Do lado oposto, entre os que se posicionam contra a política, são recorrentes os seguintes argumentos: a) violam o princípio de igualdade da Constituição Federal – segundo o qual todos os cidadãos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza; b) não respeitam o critério de mérito individual na admissão e; c) a medida é racista em si, gerando, ao contrário do que se propõem, mais preconceito e mais discriminação.

Mas, afinal, o que é a política de ação afirmativa?

Diferentemente de uma política essencialmente anti discriminatória – que visa a proibição de condutas e atitudes discriminatórias pejorativas -, a ação afirmativa visa a prevenção de situações desiguais e díspares entre cidadãos objetivando reparar/redistribuir a bens, serviços, prestígio, poder, cultura, status assumindo caráter temporário ou permanente de forma voluntária ou não pelo Estado ou sociedade civil. A defesa da Ação Afirmativa perpassa argumentos normativos, jurídicos e possuem justificações que tangem a reparação, a justiça distributiva e a diversidade. Assim, a aplicação e a expansão das políticas de Ação Afirmativa objetivam alterar os padrões sociais persistentes de desigualdades e discriminações nas sociedades contemporâneas.

Embora a Índia seja o país pioneiro na adoção de políticas de Ação Afirmativa, é comumente associado aos EUA o surgimento dessa política. Os indianos adotaram uma política de “reserva” já nos anos 50 para garantir constitucionalmente a proteção e promoção de uma parcela desprestigiada da população. A Índia, após conquistas a independência, reservou cotas para a representação na legislatura estadual e nacional, cotas para o serviço público e cotas para as instituições de ensino superior (Feres Jr, Daflon, 2015).

Apenas na década de 60, após intensa luta do Movimento pelos direitos civis, o Estado norte-americano viu-se na necessidade de adotar medidas que minorassem as condições desiguais entre

os indivíduos. O governo então propôs políticas de equidade dos direitos e das condições dos membros mais subalternos. Depois da segregação racial ser considerado inconstitucional pelo julgamento *Brown v. Board of Education*, o então presidente John F. Kennedy assinou o texto normativo da Ordem Executiva n.º10.925 que criava o Comitê de Oportunidades Iguais de Emprego e almejava promover a igualdade racial de oportunidade de emprego nos EUA em 1961.

A partir do exemplo norte-americano, outros países enxergaram a possibilidade de superar as próprias desigualdades. O modelo, por vezes, foi proposto pelos EUA, embora cada sociedade a aplicasse de forma a suprir as especificidades da região. Este foi o caso do Brasil. O governo brasileiro, a partir da leitura do contexto de adoção dessas políticas nos EUA, desenvolveu uma política de ação afirmativa que atendesse as demandas da nossa sociedade fazendo os ajustes cabíveis.

Deste modo, no Brasil, em conformidade com o Estatuto da Igualdade Racial de 2010, entende-se aquela como “políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País.”. Esse sistema compreende determinações nas áreas da saúde, do trabalho, das mulheres, da juventude e da educação.

Como vimos, a partir da renúncia da neutralidade, o Estado toma para si a responsabilidade de promover condições que minimamente aproximem os sujeitos da igualdade de oportunidades, além da construção de uma sociedade livre de discriminação¹⁸ e preconceito de fundo racial (Gomes, 2001). Portanto, a ação afirmativa pode ser compreendida como a execução ativa do Estado através de medidas em âmbito público e/ou privado de enfrentamento às atitudes negativas, passivas, limitadas e meramente não-discriminatórias (Silva Jr, 2002).

Em linhas gerais, caracteriza-se o objetivo da ação afirmativa como a concretização da efetiva igualdade material de acesso aos bens fundamentais escassos como educação e trabalho. Bem como eliminar do pensamento coletivo o paradigma de supremacia e subordinação de uma raça e/ou cor por outra, do homem sob a mulher, do rico sob o pobre. Ademais, é observado que a ação afirmativa visa elaborar um contexto de maior diversidade e representatividade dos grupos

¹⁸Conforme Silva Jr (2002: 25-26), discriminação é entendida pela “ação que discrimina, consiste em ato, em conduta (comissiva ou omissiva) que viola direitos com base em critério racial, independentemente da motivação que lhe deu causa (o credo no racismo, o porte de preconceito, um interesse qualquer, ou simples temor de represália (...)).”

minoritários nas esferas de seu alcance. Teria ainda, deste modo, a ação afirmativa assumido um papel de transformador social e cultural para além da questão meramente formal. (Gomes, 2001).

Salientamos que esta política será entendida aqui como um movimento em curso na sociedade brasileira, e não somente como um plano a ser executado. Vamos, portanto, atribuir-lhe, um caráter temporário e preventivo até que se haja equalização de condições e oportunidades entre os sujeitos.

A política de ação afirmativa, por consequência, figura como uma política que reconhece a marginalização de setores sociais em um determinado período histórico e contexto social de ampla desarmonia de condições entre a população. Mas não podemos nos limitar a aplicação dessas políticas nos respaldando nos fatos históricos de formação social, pois estaríamos isentando as gerações recentes da perpetuação de estigmas e discriminações de qualquer natureza na presente desigualdade social, racial e sexual.

Nota-se, no entanto, que a ação afirmativa não visa tão somente minorar os efeitos dos paradigmas discriminatórios resultantes do passado que se expressam mais fortemente na chamada “discriminação institucional”¹⁹, mas também de tolher as discriminações mais sutis e indiretas conhecidas no presente.

É válido ressaltar que cada sociedade contará com seu grupo minoritário que demandará medidas enérgicas e eficientes dos governos e do mercado diante do seu processo de formação social. Há sociedades, como a Brasil, EUA e África do Sul, que demandam medidas para à população negra. Há sociedades, como o Canadá, que demandam medidas para os imigrantes. Há sociedades, como a Índia, que demandam medidas para um grupo social específico, os chamados intocáveis. Há sociedades, como a Irlanda do Norte, que demandam medidas à um grupo religioso sub-representado socialmente. Desse modo, entendemos que é uma tendência global, e não apenas uma realidade brasileira, a adoção de ferramentas de discriminação positiva entre os sujeitos.

Romper com o fenômeno social de produção e reprodução desta discriminação e

¹⁹Silva Jr (2002: 27) demonstra que a discriminação não é praticada apenas por pessoas, mas que é uma atitude possível de ser cometida por instituições. Nas palavras do autor: “(...) a perspectiva institucional percebe a discriminação como sendo aberta ou encoberta, visível ou escamoteada da visão pública.” É o caso de práticas que reforçam, diretamente, a segregação espacial de grupos minoritários ou ainda, de forma indireta, o histórico educacional que culmina numa menor disputa no mercado de trabalho.

desigualdade social é fundamental em sociedades que procuram equidade e o senso de justiça social. Utilizando-se das políticas de ação afirmativa é possível, mesmo que timidamente, reverter este quadro que conserva os mais excluídos socialmente nas esferas mais baixas da estratificação econômica, social e de prestígio. Isto é, tais políticas buscam alterar o cenário extremamente desigual no campo educacional, socioeconômico, cultural e de poder.

A chamada discriminação positiva em favor dos sujeitos marginalizados é sustentada por dois eixos de compreensão de justiça: a justiça compensatória e a justiça distributiva. Diversos autores se dividem basicamente nessas duas vertentes para alicerçar a polêmica da ação afirmativa. Em sua maioria, são pensadores de concepção liberal.

No primeiro eixo, de forma sucinta, a adesão de programas de ação afirmativa se valeria do argumento de que é necessário “reparar”, “compensar” os grupos sociais atuais por atos discriminatórios cometidos aos antepassados de tal grupo. Para tanto, na ótica dessa justiça, faz-se necessário aumentar as chances das vítimas históricas, através de ação afirmativa, a posições de mando e poder – que elas teriam possibilidade de alcançar pelas próprias aptidões se o potencial individual não estivesse ancorado à discriminação na sociedade.

No segundo eixo, a adesão da política de discriminação positiva pauta-se no argumento de “redistribuir”, “partilhar” os bens, serviços, riquezas e oportunidades de forma igualitária aos sujeitos sociais – sem que haja uma “vantagem” de um sob outrem decorrente da discriminação. Uma vez que, sem esse tipo de política, tais elementos são quase que exclusivamente usufruídos por um determinado segmento social. Gomes (2001: 62) identifica que “a discriminação, entendida sob essa ótica como uma privação de 'meios' ou de 'instrumentos' de competição, resulta igualmente em privação de oportunidades.”. Assim sendo, lança-se mão de um mecanismo – via a política de ação afirmativa – capaz de minimizar os efeitos da discriminação e racismo na sociedade. O que, ao final, geraria um maior bem-estar social.

Cabe dizer que essa necessidade de adoção de uma política de ação afirmativa não é exclusividade da realidade brasileira ou norte-americana. Muitos países se viram na necessidade de implementar disposições que objetivassem tornar as oportunidades mais favoráveis aos setores mais periféricos – como é o caso da África do Sul, Índia, Nova Zelândia, Malásia, Irlanda do Norte,

Canadá e outros²⁰. No primeiro país, por exemplo, a aplicação da política de ação afirmativa destina-se aos grupos negros, todavia essa política tem como foco setores marginalizados. No caso da Índia, desde as primeiras décadas do século passado, existem deliberações para a inserção nos serviços públicos e na rede educacional da parcela menos favorecidas na pirâmide social indiana, os *dálits* ou chamados também de Intocáveis. A Nova Zelândia, na transição do século XX para o século XXI, já utilizava proposta de ação afirmativa a fim de incluir socialmente a população nativa, os chamados Maoris. De forma similar, desde 1971, a Malásia adotou mecanismo de discriminação positiva à maioria étnica, os malaios, que não possuem as mesmas condições de oportunidades do que a minoria chinesa. A Irlanda do Norte busca, desde o final do século XX, mitigar a assimetria entre grupos religiosos, uma vez que há clara divisão entre católicos e protestantes no país. O Canadá, por sua vez, é um país oficialmente multicultural e teve de promover medidas destinadas aos imigrantes.

Em âmbito nacional, podemos elencar as leis que incluem obrigatoriamente no currículo escolar o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira (Lei n.º 10.639 de 2003) e da História e Cultura Indígena (Lei n.º 11.645 de 2008) nos estabelecimentos públicos e privados dos níveis fundamental e médio como dispositivos a serviço da política de Ação Afirmativa.

Embora tenha iniciado de forma tímida no governo Fernando Henrique Cardoso, a agenda política para o enfrentamento das injustiças raciais adquiriu força através da pressão dos movimentos sociais²¹ – com destaque para o Movimento Social Negro – e findou, mais tarde, no governo do Partido dos Trabalhadores, com a criação de secretarias, órgãos reguladores e fiscalizadores, do Estatuto da Igualdade Racial e de meios à execução de políticas de ação afirmativa e da política de cotas. A questão transformou-se, a partir da intensificação da discussão, pauta permanente na agenda nacional.

O modelo de admissão que mais vigorava nas nossas universidades públicas se configura pelo processo seletivo conhecido como “vestibular” - um exame que classifica e/ou elimina os

²⁰Para mais, o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro elaborou um material interessante em linha do tempo de algumas medidas históricas que marcam a trajetória dessa política no mundo. Disponível em <<http://gema.iesp.uerj.br/dados/linha-do-tempo.html>>. Acesso em jul. 2018.

²¹Dois momentos históricos marcam a trajetória de intensificação dos debates sobre igualdade racial na sociedade brasileira pelos movimentos sociais são: 1) a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida que ocorreu em 1995 e; 2) a III Reunião Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, a conhecida Conferência de Durban, na África do Sul, em 2001.

alunos mediante a pontuação na prova de acordo com suas aptidões a um número limitado de vagas para os cursos de graduação. Caso o aproveitamento seja alto o suficiente para assegurar uma vaga, o estudante garante o ingresso na instituição. O Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM, também se orienta por essa mesma lógica, bem como a maioria dos concursos públicos.

Embora tenham, com o passar do tempo, perdido força frente a adoção do ENEM e do SiSU²², ainda há instituições de ensino federais e estaduais que aderem ao vestibular próprio como critério total ou parcial para o ingresso de novos estudantes. É o caso, por exemplo, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Estadual do Norte-Fluminense (UENF), a Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO) – todas localizadas no estado do Rio de Janeiro –, a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a Universidade Estadual Paulista (Unesp) – localizadas no estado de São Paulo – e as estaduais dos estados do Ceará, Maranhão, Bahia, Roraima e Tocantins.

Nesta configuração de verificação, a premissa do método meritocrático é amplamente embutido no senso comum, pois acredita-se que os competidores estão todos numa relação de igualdade de condições para o acesso. Sendo assim, aqueles que estiverem mais capacitados adquirirão o direito a uma vaga na universidade.

A adoção de um mecanismo de admissão preferencial para os grupos minoritários está convergindo com a ideia central do princípio de igualdade – que busca promover uma igualdade material entre os sujeitos sociais. Dworkin (2002: 351) afirma que “qualquer política de admissão necessariamente coloca alguns candidatos em desvantagem e é razoável supor que uma política que dê preferência aos candidatos oriundos de minorias beneficie a comunidade como um todo (...)”. Mesmo que tal medida seja fornecida em face da perda de talentos de sujeitos brancos, de classe alta, deve-se levar em consideração o panorama da problemática. Entender que o aumento da probabilidade de acesso dos setores periféricos caracteriza uma busca em nome da equidade de oportunidades e condições entre sujeitos é reconhecer a pertinência da matéria.

²²Este sistema é o processo seletivo que todo candidato que queira ingressar numa universidade pública deverá se inscrever para pleitear uma vaga após a realização da prova do ENEM. Essa seleção ocorre duas vezes ao ano, a cada início de semestre letivo. Os melhores classificados nas vagas ofertadas pelas IES serão contemplados com a vaga na universidade inscrita. Ver mais sobre o funcionamento do processo no site oficial. <<http://sisu.mec.gov.br/>>

No Rio de Janeiro, no ano de 2003, a Assembleia Legislativa sanciona a lei n.º 4151 que, pela primeira vez no país, elabora uma política pública de ação afirmativa para ingresso na universidade. A lei determinava que fosse reservado 45% das vagas ofertadas nas universidades estaduais a estudantes de baixa renda dos quais 20% sejam oriundos de escolas públicas, 20% para estudantes negros e 5% para pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais. Com esse critério, as universidades estaduais do Rio de Janeiro – com destaque para a UERJ –, embora com o condicionante de rendimento familiar, serviriam de precedentes para que outras universidades construíssem propostas de ação afirmativa que melhor se adequassem a cada realidade local.

A discussão sobre a execução de certas medidas tornou-se palco de intensa disputa jurídica com acirrado litígio, que muito se conhece por judicialização dos direitos sociais. A exemplo disso, em 2009, o partido DEM – Partido Democratas – partido esse vinculado ao campo conservador no espectro político nacional, acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) para contestar a legalidade do modelo adotado para a reserva de vaga para candidatos negros na Universidade de Brasília (UnB), que fora implementado 5 anos antes.

Em 2012, o STF definiu, por unanimidade entre os magistrados, o sistema de cotas da UnB como constitucional, entendendo o mesmo como uma das medidas que visam corrigir as desigualdades oriundas da cor e raça entre os indivíduos. Um momento emblemático na trajetória da política de cotas no país.

É curioso notar, por um momento, que as políticas de cotas raciais no país já eram, há tempos, um debate frequente no seio do Movimento Negro nacional, mas – até os dias de hoje – esse debate não ganhou consistência na sociedade, muito menos dentro das universidades. A legitimidade da política, bem como a fundamentação jurídica, não dialogou com a sociedade civil, ocasionando um distanciamento das camadas que poderiam usufruir de tal mecanismo. Da mesma maneira, gera-se um desinteresse por parte dos políticos e legisladores em dar notoriedade a temática, visto que esta toca diretamente em privilégios e vantagens validados por séculos.

Ao partilhar uma parcela dos bens e serviços dispostos na sociedade com os grupos sociais excluídos, não se está modificando essencialmente a dinâmica socioeconômica mais ampla. Embora, não obstante, se esteja buscando construir um cenário mais favorável a estes grupos – considerando uma maior representatividade e prestígio social das minorias num contexto geral.

A ex presidente Dilma Rousseff aprovou a Lei n.º 12.711/2012 que dispõe dos seguintes termos: I) a reserva de 50% das vagas dos cursos de graduação nas instituições de ensino superior federais para candidatos que tenham cursado totalmente o ensino médio em rede pública; II) no preenchimento das vagas, dever-se-ão designar 50% das mesmas aos candidatos com renda familiar *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio e; III) as vagas serão ocupadas por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas respeitando a proporção de cada cor e raça de acordo com o último censo demográfico do IBGE da população local.

Os estudantes que tiverem interesse em disputar uma vaga com a medida de discriminação positiva devem obedecer alguns procedimentos, quais sejam: a) é necessário que se comprove a integralização completa do ensino médio em instituição pública; b) é necessário autodeclarar-se pertencente ou ao grupo de cor e raça pardo ou preta, ou ao grupo étnico indígena; c) é necessário que se ateste a comprovação de renda no caso dos estudantes que optam pela vaga de baixa renda.

É de extrema valia salientar que a Lei n.º 12.711/2012 condiciona as vagas de recorte racial com o critério socioeconômico. Cor, raça e a renda estão atreladas no processo de implantação da política de ação afirmativa via cotas raciais sendo a renda um condicionante determinante para a garantia da vaga nesta modalidade.

Destacamos que a lei foi sancionada com implementação imediata e gradual, ou seja, já no ano de 2013, as instituições deveriam reservar – no mínimo – 12,5% do número de vagas ofertadas ao sistema de Cotas. Nos quatro anos seguintes, as universidades tinham a atribuição de progressivamente aumentar a porcentagem da reserva de vagas até que se atingisse a metade do número disponível.

As universidades federais brasileiras passaram por um processo de mudança significativa nos últimos anos. A atuação do governo federal e a própria iniciativa das universidades fizeram com que houvesse o maior ingresso de alunos pobres, pretos, pardos e indígenas nessas instituições. Isto é, houve alteração singela no perfil dos estudantes de ensino superior no país e, com isso, uma aproximação do corpo discente que refletia mais a realidade da sociedade brasileira.

Tais mudanças foram possíveis muito em parte pelo programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e da Lei de Cotas. Diversas universidades federais que ainda não tinham se proposto a aderir alguma medida de ação afirmativa foram estimuladas

diante da liberação de verbas para as mesmas²³.

Segundo estudos (Daflon, Feres Jr et al, 2013; Eurístenes, Feres Jr et al, 2016 e Feres Jr, Machado et. al, 2017), houve uma erupção, no ano de 2008, de instituições de ensino superior aderindo às condicionalidades do programa e, por conseguinte, uma elevação notória de universidades implementando ação afirmativa em seus processos seletivos. Para se ter uma noção, 36% das universidades federais no Brasil não possuíam qualquer tipo de medida dessa natureza antes da promulgação da Lei de Cotas. Atualmente, após ser instaurada por lei, todas as universidades federais possuem ações afirmativas próprias e muitas delas passaram a adotar alguma medida de discriminação positiva para outros grupos minoritários para além dos mais comuns da realidade brasileira: como cotas para refugiados, cotas para moradores da zona rural e expressiva expansão do número de vagas para deficientes físicos, quilombolas e indígenas (Eurístenes, Feres et. al, 2016).

Na UFF, situada no Rio de Janeiro, foco da atual pesquisa, o sistema de cotas teve estágio embrionário, no ano de 2007 para ingresso em 2008, com a resolução de n.º 91/2007 do Conselho de Ensino e Pesquisa. O modelo visava a bonificação de 10% sob a nota final do candidato para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas da rede pública estadual ou municipal. Houve conjuntamente a reserva de 20% das vagas²⁴ para professores.

Atualmente, a UFF conta com 8 medidas de reserva de vagas conforme a Lei de Cotas. São elas: I) candidatos que concluíram todo o ensino médio em rede pública de ensino com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo; II) candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que concluíram todo o ensino médio em rede pública de ensino com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo; III) candidatos egressos da rede pública de ensino independente da renda; IV) candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que concluíram todo o ensino médio em rede pública de ensino independente da renda;

²³ A UFF teve um aumento de 649 vagas dos anos de 2008 a 2011 com a expansão possibilitada pelo REUNI. Ano inicial da primeira medida de ação afirmativa, com a bonificação das notas finais dos estudantes oriundos de escolas públicas. Para análise do quadro completo de expansão das vagas, acessar <<http://www.uff.br/copemag/vagas/distribuicao-vagas-reuni-exp-uab-2008-2009-2010-2011-uff.pdf>>. Acesso em jul. 2018.

²⁴Essa reserva de vaga era somente para professores da rede pública de ensino dos estados e municípios nos cursos de Pedagogia, Física, Matemática e Química – sendo esses últimos na modalidade Licenciatura Noturna. Os benefícios não eram cumulativos. Para leitura completa da resolução, a mesma encontra-se disponível em <<http://www.conselhos.uff.br/cep/resolucoes/2007/091-2007.pdf>>. Acesso em jan. 2016.

V) candidatos com deficiência que concluíram todo o ensino médio em rede pública de ensino com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo; VI) candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que concluíram todo o ensino médio em rede pública de ensino com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo; VII) candidatos com deficiência que concluíram todo o ensino médio em rede pública de ensino independente da renda e; VIII) candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que concluíram todo o ensino médio em rede pública de ensino independente da renda.

No último processo de seleção da universidade²⁵, para ingresso no primeiro semestre do ano de 2018, a UFF disponibilizava um total de 3.057 vagas distribuídas entre os cursos da sede na cidade de Niterói e um total de 2.095 de vagas entre os cursos ministrados fora de Niterói, no interior do Estado do Rio de Janeiro. O somatório total de vagas ofertadas pela universidade é de 5.152 no primeiro período do ano de 2018. No que tange o número de vagas garantidos pela lei 12.711/2012, a distribuição ficou da seguinte maneira: em Niterói, sede da universidade, foram oferecidas 1545 vagas partilhadas em 8 tipificações diferentes de cotas. Já no interior, o total de vagas reservadas somam 1.055. Dessa maneira, a UFF disponibilizou um total de 2600 vagas reservadas pela Lei de Cotas. Importante salientar que o número total de vagas reservadas pela Lei corresponde pouco mais da metade do total de vagas disponíveis.

Eis o panorama acerca do sistema de cotas raciais nas universidades brasileiras, especialmente as universidades federais. O caminho percorrido até aqui é importante para que a política de cotas seja entendida como uma ferramenta de ascensão social e que pode contribuir de maneira significativa para o aumento de prestígio social, renda, poder e cultura dos sujeitos contemplados com tal política.

A seguir, nos empenharemos em mostrar como a política de cotas da UFF pode ter cooperado simbolicamente e subjetivamente na vida e no cotidiano dos estudantes cotistas da universidade.

²⁵ Para mais informações sobre o quadro de vagas disponíveis pela universidade e detalhes sobre o último concurso, ver mais em < <http://www.coseac.uff.br/2018/2018-1/>>. Acesso em out. 2018.

Capítulo 5. O reconhecimento e a perspectiva dos cotistas da UFF

5.1. Metodologia da pesquisa

A presente dissertação é resultado de uma pesquisa que se utilizou de uma abordagem qualitativa, isto é, foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas com onze (11) questões abertas, de caráter exploratório. Tais perguntas possibilitaram uma maior liberdade nas respostas dos entrevistados, tornando as entrevistas mais fluidas, além de permitir um maior aprofundamento das percepções desses discentes.

A seleção dos entrevistados deu-se de maneira não-probabilística e intencional, a partir da técnica metodológica conhecida por Snowball – ou seja, Bola de Neve. Tal técnica consiste na utilização de cadeias de referências – propiciando o estudo de grupos difíceis de serem acessados. Isto porque nosso público alvo está inserido em um cenário de questões problemáticas, ademais ao fato de, possivelmente, encontrarem-se em posição de estigmatização e/ou exclusão frente aos grupos majoritários e dominantes.

No que tange aos procedimentos referentes à chamada “ética em pesquisa”, todos os participantes da mesma assinaram e concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Reconhecemos que o número reduzido da amostra nos impossibilita de fazer generalizações sobre o tema, visto as limitações tanto do método de amostragem quanto da pesquisa de dissertação em si, os dados coletados junto aos discentes nos fazem refletir mais sobre a vivência acadêmica dos discentes cotistas e quais os possíveis ganhos simbólicos advindos dessa política.

Importante salientar que os estudantes não serão identificados na presente sistematização. Os entrevistados terão os nomes abreviados e, sempre que for necessário citá-los, a abreviação será acompanhada do curso de graduação e o período em que se encontram.

Foram ouvidos 36 estudantes de graduação de diversos cursos da UFF. A maioria desses entrevistados se autodeclarou da cor e/ou raça preta. A soma de entrevistados pretos foi de 16. Em seguida, o número de discente que se declaravam pardos foi de 11 e, brancos, apenas 9.

5.2. As dificuldades encontradas na vivência universitária

Ao ingressar em uma universidade, milhares de novatos estão embarcando numa singular experiência de vida. Um dos tópicos importantes de serem analisados nos discursos emitidos nos dos grupos focais é a dificuldade vivida na instituição superior pelos alunos cotistas. Nesse momento, os estudantes deparam-se com realidades, obstáculos e desafios inéditos nessa nova fase da vida. Sem dúvida, uma fase enriquecedora, porém essa experiência pode vir acompanhada de muitas frustrações – seja pelo desapontamento de não conseguir uma bolsa de auxílio, seja pela pressão psicológica sofrida pelo aumento de expectativas ou o estigma de ser, por si só, aluno cotista. E, para além desses embaraços, certas privações e negligências das esferas de reconhecimento podem reforçar exacerbar ainda mais possíveis distorções nas percepções das identidades individuais.

Com maior frequência, a barreira socioeconômica é um agravante que merece destaque já de antemão. As dificuldades devido à condição financeira é majoritária nos relatos – uma vez que uma parcela considerável dos entrevistados possuem renda familiar de até 2 salários mínimos, isto é, até 1.908 reais. Outra igual parcela significativa dos estudantes possuem renda familiar de até 4 salários mínimos, até 3.816 reais. Um contingente que merece um olhar mais atento da universidade. Desde 2011, há uma mudança significativa no perfil dos estudantes da graduação da UFF. A comunidade acadêmica da UFF tem se tornado mais heterogênea devido à expansão do número de vagas reservadas aos candidatos pretos, pardos e oriundos de famílias mais pobres. Este fato reflete numa nova configuração do ensino superior no Brasil e instaura novos desafios tanto para os próprios estudantes quanto para os gestores públicos.

Como se sabe, desde a inauguração das primeiras universidades brasileiras, esse espaço não foi pensado para a socialização democrática do conhecimento. Pelo contrário. A universidade era o lócus de produção e reprodução da elite social, econômica e política do país. A partir das investidas dos governos mais progressistas, especialmente nos governos do PT, houve uma abertura do campo universitário para segmentos mais pobres da sociedade através, entre outras medidas, da criação da Lei de Cotas.

Eu tive problemas financeiros. Inicialmente, me foi negado uma bolsa auxílio e isso dificultou um pouco as coisas. Quando saiu a minha aprovação na UFF, tive que vender minhas coisas para pagar o aluguel, o meu dinheiro na poupança foi totalmente destinado a pagar o aluguel. Arrumei um emprego para pagar o aluguel, mas não consegui conciliar com os estudos. Acabei tendo reprovações por conta disso. Eu solicitei a moradia estudantil e consegui, mas o processo seletivo levou mais de 8 meses e, mesmo sabendo que fui selecionado para a vaga, levou mais de uma mês para eu poder desfrutar do

benefício. Isso me atrapalhou bastante. (A. S., Engenharia Agrícola e Ambiental)

O acesso às bolsas ainda é muito ruim, o número de bolsas não supre a necessidade de todos os alunos que precisam. Mas não posso dizer que não existe, né? Acho que serviços como o *busuff*, moradia e bandeirão são fundamentais e foram fundamentais pra mim. Mas ainda sinto o desequilíbrio que o fator socioeconômico causa na minha formação. Eu sempre morei longe da faculdade, então tinha que pegar ônibus, ficar no trânsito, chegava em casa esgotada e isso influencia muito no meu rendimento. Além disso, desde o segundo semestre, tive que buscar bolsas de estágio ou monitoria pra conseguir me sustentar na graduação. Isso influenciou no desenvolvimento da minha graduação porque que eu não podia pegar o mesmo número de disciplinas que os outros colegas de curso, entende? Eu precisei reduzir as matérias. Não me arrependo, pois sei que isso também é uma forma de enriquecer meu conhecimento, mas, hoje, estando no décimo período e olhando que ainda preciso fazer 17 disciplinas, eu vejo como influenciou. (J. E., Engenharia de Petróleo)

A falta de assistência estudantil prejudica pra caramba. Eu tive bolsas negadas várias vezes aqui. Graças a Deus, a situação da minha mãe melhorou um pouco e ela pode pagar uma república, mas passei 3 períodos indo e voltando todo dia pra faculdade. Eu moro cerca de 40km da UFF e isso me desgastou bastante. Chegou a um ponto que já não fazia questão de chegar na hora e fatalmente atrapalhou meu desempenho. (A. R., Engenharia de Petróleo)

Para além do reconhecimento de que tais indivíduos podem e devem ocupar espaços no ensino superior, a garantia de permanência e conclusão do curso é fundamental para o debate. O direito ao acesso foi timidamente assegurado ao longo dos anos, dando oportunidade de acesso ao estudo àqueles que dificilmente estariam na universidade se não fosse a política de cotas – de acordo com muitos relatos. No entanto, deve-se assegurar o direito de permanência desses indivíduos, pois muito interessa a formação dos alunos cotistas – e não somente o ingresso. Visando uma política pública que se quer inclusiva, é necessário se pensar formas de endossar a conclusão do ensino desse grupo em especial.

As noções modernas que pairam sob o conceito de liberdade individual podem ser confrontadas com a problemática descrita. Uma vez que a legitimidade normativa de uma sociedade democrática pode ser colocada em maior ou menor grau mediante as condições básicas para o exercício do princípio da liberdade, quando não se estabelece pré-condições para a liberdade de autodeterminação individual, começa-se, pois, a ruir as noções de justiça social e consideração entre os indivíduos (Honneth, 2014). De outro modo, quando a universidade não consegue fornecer subsídios mínimos para o apoio e suporte de alunos cotistas, estamos diante de um cenário inseparável entre a noção de justiça e a noção de liberdade. Ou seja, a justiça social demanda por oportunidades iguais de exercício de liberdade individual.

Mesmo não sendo escopo da atual pesquisa, não se pode negligenciar a temática da

assistência estudantil, uma vez que essa permeia o debate e é capaz de determinar o sucesso do período de formação profissional para muitos estudantes. Segundo dados divulgados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantes (PROAES) da UFF, no ano de 2018, existem 7 (sete) programas²⁶ para indivíduos que apresentem perfil de vulnerabilidade socioeconômica. O somatório de vagas ofertadas pelos programas é de 2.210 vagas/ano. Vale mencionar que um mesmo estudante pode pleitear mais de uma bolsa e/ou auxílio.

No entanto, os dados nos revelam que o número de vagas ofertadas e o número de alunos que demandam política de assistência estudantil é bastante desigual. Se ampliarmos o espectro de queixas frequentes, podemos evidenciar, derivada das falas dos entrevistados, ainda a falta de restaurantes universitários em outros campi da UFF e o número reduzido de bolsas de monitoria e de iniciação científica. A inexistência ou o reduzido número de serviços frente à nova demanda estudantil é preocupante – visto que os profissionais da PROAES necessitam estabelecer um crivo rigoroso dos casos prioritários a serem contemplados com os benefícios pleiteados.

Todas as demandas são legítimas e merecem igual respeito e consideração. No entanto, este cenário torna-se ainda mais nebuloso ao passo que todo o conjunto de benefícios possui como receita uma fonte comum, o governo federal, que sabidamente tem enxugado os repasses de verbas para a Educação Superior.

Um elemento secundário, que circunscreve a condição financeira e apareceu com certa frequência nos relatos, é como a UFF apresenta um caráter elitista do seu corpo discente. Isto é, a diversidade, seja étnica, racial ou socioeconômica, não se mostra tão presente na percepção dos alunos entrevistados. Por esse fato, deriva-se outras questões que requerem igual atenção porque revelam como o reconhecimento está intimamente ligado com a busca interativa pela consideração intersubjetiva de sujeitos e da coletividade.

Tenho dificuldade de fazer amizades. Sempre tive. Mas as diferentes realidades [sociais] ajudam um pouco nessa questão. Eu conheço muita gente, mas não sou amiga de todos. Acho que o pessoal que estuda na UFF, de classe média, classe média alta, esse tipo de pessoa, tem dificuldade de reconhecer e entender seus privilégios. Deve ser muito difícil

²⁶ Os programas são estes com suas respectivas distribuição de vagas: Programa Auxílio Creche com 50 vagas, Programa Auxílio Moradia com 350 vagas, Programa Auxílio Alimentação com 500 vagas, Programa Auxílio Saúde com 35 vagas, Programa Bolsa de Apoio aos Estudantes com Deficiência com 35 vagas, Programa Bolsa de Apoio Transporte com 200 vagas e Programa Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico com 1.040 vagas. Mesmo com o aumento da oferta de vagas de três programas entre 2017 e 2018, ainda há uma defasagem grande sob a demanda de apoio estudantil. Em caso de todas as vagas destinadas às cotas serem preenchidas, ingressam, por semestre, 1.545 novos estudantes com múltiplas vulnerabilidades.

não protagonizar em todos os espaços quando se pode fazer na maior parte deles. (R. T., Produção Cultural)

A maior parte da universidade é classe média alta e isso é muito nítido. Mas o que mais me preocupa é o fetiche que algumas pessoas têm pela pobreza, porque acaba reforçando o discurso de vitimismo e esvaziando os debates mais importantes. Não tenho muitos amigos na universidade, se é que tenho, e os professores, principalmente, não se importam com as diferenças sociais e raciais que estão se estabelecendo nesse espaço. (L. M., Relações Internacionais)

Ai, consigo fazer uma lista de tantas coisas! Não ter dinheiro pra passagem porque eu moro no Rio e a passagem é absurda. [Não ter] Dinheiro para xerox que acho uma *desevolução* na vida. Tenho que aturar professor que não tira as minhas dúvidas porque não vê em mim potencial pra aprender aquilo. Também tem aquela cara que é um *mix* de nojo e impacto toda vez que cruzo o bloco com meu jeito de riponga... coisas normais da vida acadêmica. Ah! Tem também aquelas pessoas altamente competitivas que beiram a maldade e nem dão informação nem por simpatia. (I. C., Engenharia de Produção)

Interessante notar, a partir dos fragmentos acima, o papel atribuído aos elementos relativos à “consideração” e “autoestima”. Como é um dos panos de fundo desta pesquisa, esses foram elementos muito recorrentes – mesmo em perguntas que não eram propriamente direcionadas para investigar tais sentimentos. Como visto nos capítulos anteriores, os sujeitos estão sistematicamente lutando pelo reconhecimento mútuo de suas ações e modo de vida. As experiências que demonstram um baixo grau de consideração, ou de reconhecimento recíproco entre os indivíduos do corpo acadêmico, ratificam a tese de que não serão desenvolvidas formas saudáveis e autônomas de integridade por parte dos indivíduos. Dessa maneira, é correto afirmar que o reconhecimento é uma necessidade humana, e não mera acepção moral, valor normativo ou ideia ética.

A falta de um vínculo social e afetivo com pessoas que enxerguem seus potenciais de maneira positiva acarreta numa série de negações em diferentes níveis do reconhecimento. A começar pela esfera do amor, onde não se encontram colegas e amigos para o suporte e apoio emocional quando necessário. Como o reconhecimento é dado por etapas, é de suma relevância que se tenha consolidado relações simétricas na esfera do amor para ter subsídios para edificar as outras duas esferas.

Na esfera do direito, a ausência de vínculos sociais e afetivos significativos também possui reflexos. Isto porque é nessa esfera de reconhecimento que os olhares de desaprovação denotam a ideia de que tal espaço acadêmico não pertence a pessoas de certo tipo. Não se estabelece nesse tipo de interação o auto respeito autêntico, que promova uma igual relação entre os indivíduos.

Quando se faz parte do grupo lido socialmente como excluído da universidade, algumas grandezas tornam-se perceptíveis de forma negativa, como um gesto, um olhar de reprovação. Nestes casos, um tipo de subprivilégio jurídico surge, capaz de conduzir a um sentimento de vergonha social por ser quem se é (Honneth, 1995).

E, por fim, na esfera da solidariedade, onde não encontra-se parceiros na interação social com o qual possam compartilhar um sentimento capaz de originar experiências comuns de resistência política. Ao ter estabelecido vínculos de reconhecimento mútuo nessa esfera, os atores sociais ficam aptos a enxergar um horizonte de medidas, valores e signos de igual relevância de suas capacidades e propriedades.

As ligações estabelecidas não somente pela sociabilidade primária, mas as interações que as extrapolam, como círculo de amizades, garantem a criação de uma base de signos e valores de autoconfiança individual capaz de alicerçar toda a participação autônoma dos sujeitos na vida pública. (Honneth, 1995). Quando um ator não estabelece interações com forte ligação emocional é denegado o reconhecimento da afirmação de sua autonomia.

A experiência desagradável pelo estigma de ser aluno cotista é uma realidade sentida de forma sutil em um contexto geral, segundo os relatos. Alguns entrevistados falaram mais abertamente sobre essas experiências. Outros, preferiram não lembrar das situações e, nas palavras dos próprios alunos, estes preferem “focar nas coisas positivas”.

Apesar de ter direito, fico receoso sim por ser estigmatizado por ter entrado por cota. Inclusive quando alguém que entrou por ampla concorrência brinca, mesmo que de forma inocente, dizendo que "Ah, aí é fácil!". Ainda mais que a informação é disponível pra qualquer um, mas entendo que abertamente seja mais fácil de identificar casos de fraude. Embora ache que toda universidade devesse ter um parcela designada a essa investigação. Pois, uma vez que público, sinto que estou vulnerável a perseguição de pessoas, mal informadas sobre a minha vida, como acontece em outras universidades. (A. R., Engenharia de Petróleo)

Em uma viagem pra São Paulo com uns amigos de UFF acabou surgindo o assunto vestibular e nível de dificuldade no ENEM. Na mesa tinha quatro pessoas e apenas eu de cotista. Nessa conversa, eu falei que tive muita sorte no ENEM, porque não fiz pré-vestibular. Estudei sozinha em casa! Eu ainda brinquei dizendo que chutei as opções certas e por isso estava no Turismo. Aí a namorada do meu amigo disse, de modo bem natural: “Mas, pra você, é fácil porque você tem cota e assim nem precisa saber muito mesmo.” Acabou que após o comentário, toda a conversa girou ao redor disso e, até o final, a menina ainda defendia esse pensamento. Foi desconfortável demais. Quis sair da mesa, mas esse tipo de comentário só me faz querer me posicionar mais. (L. D., Turismo)

Não são raros, também, os casos mais diretos de estigmatização por ser cotista, especialmente aquelas experiências que tenham partido dos próprios professores – figuras hierárquicas na relação professor-aluno. Quando a negação de reconhecimento parte de uma figura emblemática como o docente, seja no âmbito do ensino, na pesquisa ou na extensão, tal negatória atinge frontalmente o estudante.

No momento em que não se estabelece um reconhecimento recíproco entre todos os estudantes pelo professor, reforçado já pela relação assimétrica da docência, a distinção entre capacitados e não capacitados para o aprendizado afeta diretamente a autoimagem e autoestima desses estudantes. Esse tipo de comportamento docente pode levar a um alto grau de incertezas e desconfianças de potencialidades individuais e colocar em cheque toda a construção de suas capacidades e auto realização formada até aquele instante.

Com tais práticas, os docentes acabam por minar, muitas vezes, esses indivíduos que estão galgando aprimorar o portfólio profissional e, ainda, estabelecer relações de prestígio e estima social. Ao reforçar estigmas a universidade deixa de cumprir com um dos seus principais papéis: fomentadora da construção integral de identidades entre os sujeitos. No local onde, justamente, deveria proporcionar os subsídios necessários para a alteração de visões distorcidas de si mesmo. Em essência, local propício para uma mudança da autoimagem dos alunos oriundos de grupos sociais vulneráveis.

Notei durante a graduação que eu precisava reafirmar a minha capacidade de estar ali quase que diariamente devido a isso tudo. Teve uma situação com um professor, mas foi de modo sutil. Ele estava dizendo o quão era problemático alunos entrarem na universidade sem saber certos conteúdos e estava culpando o sistema do ENEM e de cotas. Ao falar do problema das cotas, ele olhou diretamente pra mim, que era a única aluna negra na sala de aula. Me senti bem desconfortável. (K. A., Engenharia Química)

Um professor uma vez, depois de uma prova difícil, disse pra turma, mas, olhando pra mim, que não sabia o que nós estávamos fazendo na História, que tinha gente ali que poderia ser ótimo bancário, pedreiro, engenheiro... mas historiador não. Isso te afeta de um jeito muito profundo. Você se frustra, né? Mas aí se abriu dois caminhos para mim: de assimilar aquele discurso e não avançar ou lutar contra aquilo e dar uma resposta. No meu caso, serviu como gasolina, mostrei pra ele que eu era historiador igual a todo mundo ali. Igual a ele, inclusive. (D. A., História)

Com os rebaixamentos e constrangimentos partindo dessa relação assimétrica, vemos com certa clareza a quebra do segundo e do terceiro tipo de reconhecimento tipificado por Honneth, a saber a esfera que concerne aos direitos e a solidariedade. Quando algum professor na sua prática profissional mina a concretização do auto respeito advindo daquele reconhecimento, o estudante

infla-se pelo sentimento de não gozar do *status* de igualdade entre os demais e de não ter suas capacidades e propriedades individuais valorizadas como positivas. Não há, portanto, a possibilidade de construção subjetiva de sua integridade sem injustas distorções.

Vale mencionar, pois, como é interessante a busca incessante por reconhecimento ocasionada pelo desrespeito. Podemos observar que, no último fragmento acima, a condição de desrespeito enfrentada pelo cotista serviu de impulso para a luta pelo reconhecimento diante do docente. Como já assinalava Honneth (1995), o desrespeito e a negligência estão no cerne das motivações dos movimentos sociais e são basilares para a constituição desses mesmos movimentos. Em um contexto muito individualizado, pode-se comprovar que a privação do *status* de igualdade sofrida pelo cotista dentro de sala de aula encorajou-o a superar as expectativas e buscar por reconhecimento recíproco. Em outras palavras, a injustiça infligida ao discente revelou os incentivos imperativos à sua consciência, resultando no motivo de sua resistência. (Honneth, 1995)

O aumento de expectativas sobre o futuro pelo cotista e, principalmente, pela família pode gerar sentimentos de extrema responsabilidade por parte dos estudantes. Alguns entrevistados relataram o quanto o ingresso à universidade pesava no seio familiar e como o aluno representava os anseios de uma vida melhor para toda a família de uma maneira geral.

Nesse sentido, ao ser reconhecido o direito de frequentar a universidade e adquirir conhecimento para alterar de maneira permanente a renda agregada da família, muitas vezes tornam-se a esperança última de mudança de estilo de vida, e alcance de um futuro mais confortável. Essa relação pode atrelar maior significado atribuído à vivência do estudante e provocar sentimentos de incertezas em excesso.

Eu sinto muito a pressão dos meus pais. Eles tem uma expectativa muito grande em mim e isso me trava um pouco em certos momentos por medo de errar, de falhar. Eu não posso falhar. Minha mãe é costureira, meu pai está desempregado, não temos uma renda fixa. Então eu tive que buscar muito por assistência estudantil na faculdade: monitoria, iniciação científica, estágio... sempre uma dificuldade. Atrapalha muito essas incertezas. (M. F., Engenharia Química)

Outro elemento que vale a pena dar destaque é a variável da representação. Alguns relatos foram mais incisivos na questão da representação do negro na sociedade e até mesmo o precário número de estudantes pretos e pardos em seus respectivos cursos. Mesmos os alunos que não

enfrentavam tanta dificuldade financeira de se manterem na universidade devido a já alocação profissional, relatam que as dificuldades não são apenas de viés financeiro, mas também simbólico.

É pertinente analisar com mais atenção esse tipo de situação. Mesmo quando não sofrem intensamente com a barreira econômica, estudantes pretos e pardos sofrem com o entrave simbólico, a partir de toda a leitura e o imaginário social construído sobre os corpos negros na sociedade brasileira. Tal grupo é negligenciado de reconhecimento desde o século XV e foram perpetuados padrões e normas sociais que ocasionam danos reais por representá-los com imagens, signos e valores restritivos e depreciativos.

Eu trabalho desde os 13 anos, então esses problemas socioeconômicos eu consigo lidar melhor por causa do meu trabalho, mas o contraste social é enorme. Principalmente lá na Praia Vermelha. O número de pobres é ridículo se comparado ao padrão classe média alta. Eu e mais 2 amigos negros entramos na nossa turma. Só 3 alunos, sacou? Numa turma de 50, 55. Em 5 anos de UFF, eu só tive um professor negro. Eu fui muito estigmatizado na faculdade por ser aluno cotista. Sempre me viam como inferior, como incapaz, como menos preparado do que a galera, no geral. É muito difícil estudar na UFF sendo pobre, sendo negro... (L. F. P., Engenharia de Telecomunicações)

Uma situação que me incomodou, por ser cotista na UFF, foi no dia em que fui fazer a inscrição. Os cotistas esperaram numa fila gigante e, para a nossa sorte, choveu, fez sol forte, teve ventania e tudo no mesmo dia. A ampla concorrência subia para uma sala destinada a suas letras. Um descaso, eu achei. (C.S., História)

Deve-se, portanto, levar em consideração esse tipo de micro agressões, no âmbito mais subjetivo e abstrato, do dia a dia da vida universitária no tocante das análises sobre cotas raciais. Assim como salienta Souza (2003) há instituições travestidas por um véu de neutralidade que exercem hierarquias valorativas e, portanto, reforçam tais padrões e normas díspares entre indivíduos ou grupos. As universidades, infelizmente, podem ser indicadas aqui como uma destas instituições.

5.3. Os ganhos subjetivos dentro do seio familiar após o ingresso ao nível superior

A fim de averiguar os ganhos subjetivos para além da esfera individual, procurou-se analisar as possíveis conquistas simbólicas no seio familiar dos cotistas para examinar se há correlação positiva entre o ingresso ao ensino superior e a alterações de padrões e valores depreciativos ou até mesmo mudança de hábitos.

De acordo com os relatos, pudemos notar transformações significativas nas relações de sociabilidade primária desses universitários. A partir da experiência universitária e o contato muito mais próximo com o meio acadêmico, tanto os cotistas quanto seus familiares inseriram-se nos debates acerca das temáticas relativas à luta pela educação pública de qualidade, passando a ter o entendimento melhor de questões que, antes, eram turvas.

Meu pai tem super orgulho de falar que a filha entrou na UFF. Aumentou a auto confiança de todo mundo aqui de casa. Meio que acabou um pouco com aquele complexo de viralata que tínhamos aqui. Sempre achavam que tudo era impossível, tudo que era difícil, nada era para a gente. Meu pai só fez até o ensino médio e fez curso técnico concomitante ao ensino técnico. Depois que eu entrei na UFF, ele já pensa em estudar, fazer uma graduação, de aprender inglês. Ninguém tinha hábito de leitura aqui em casa. Agora tem! Agora procuram notícias, a gente debate o que lemos, o que vimos. É muito enriquecedor essa troca. Ainda mais com meu pai, meu irmão! O horizonte lá de casa foi expandido, sabe? (I. C., Engenharia de Produção)

A fala da estudante parece retratar um dos reflexos dos ganhos simbólicos adquiridos a partir da solidariedade, terceira esfera de reconhecimento na teoria honnethiana. Ao ser reconhecida a conquista alcançada, o ingresso à universidade, como uma representação de todo o seio familiar, todos os demais sujeitos desse grupo recebem a chance de experimentar em si mesmos, em suas próprias capacidades e realizações, como sendo algo verdadeiramente valioso na nossa sociedade. São estabelecidas relações solidárias, por assim advir dessa esfera, em que são promovidas tolerâncias com as particularidades e, para além, estima social com ausência de experiências de dor, de desrespeito – como, no caso, a justificativa de que “tudo era impossível, difícil para eles” (Honneth, 1995).

Outro exemplo do fortalecimento dessas relações solidárias pode ser identificado no fragmento abaixo:

Meu pai só fala disso, inclusive. Chega a ser muito chato. Ele fala que ele passou fome, pediu esmola, viveu do caminho errado, mas fez filho universitário, que passou no vestibular. Se ele te conhecer agora, em 20 minutos de conversa, ele já vai falar isso! (M. M., Ciências Sociais)

Outros entrevistados apresentaram mudanças substanciais na dinâmica familiar no que se refere aos estudos e aos hábitos motivados pela inserção do ensino superior de um ou mais membros da família. É válido observar o incremento de reconhecimento recíproco firmado nas relações a partir desse fato. Dois deles podem ser lidos a seguir:

Minha mãe, por exemplo, voltou a fazer o ensino médio quando meu irmão passou no vestibular. Voltou a estudar depois de 30 anos. Quando eu entrei na faculdade, ela pareceu bastante motivada a voltar a estudar, mas a decisão concreta só veio uns anos depois. A universidade com certeza é um marco pra minha família. (D. A., História)

Meus pais ficaram tão orgulhosos que faziam todo o esforço para me comprar materiais didáticos, revistas, livros... tudo. Acabou que eles também criaram gosto pela coisa. Se interessaram mais por jornais, revista, telejornal. É engraçado às vezes. (L. M., Comunicação Social)

Alguns relatos nos apontam para caminhos prósperos nesse sentido. A alteração da dinâmica familiar ocasionada pelo ingresso ao ensino superior é prova cabal de que há muitos mais ganhos simbólicos do que se poderia imaginar. De fato, os ganhos em variáveis socioeconômicas são de extrema relevância para o debate, mas saber valorizar às mudanças de signos e valores no interior das famílias é primordial para dimensionar o impacto positivo das cotas raciais para grupos vulneráveis e/ou para grupos sujeitos a discriminação e estigmatização.

O interesse pelos estudos, o reingresso no ensino, alterações no cotidiano como o costume de ler jornais, revistas e consumir conteúdo que antes não era um hábito é um dado importante. A vivência de um estudante cotista impactou em outras vidas sobremaneira. Podemos ver um ciclo virtuoso em relação a esses relatos onde a alteração de vida do cotista projetou uma transformação em efeito cadeia para seus entes queridos.

A experiência social de distinção, do prestígio se refere não somente a realização do indivíduo, mas sim da identidade coletiva do próprio grupo a qual se insere. O incremento da estima social adquirida não é sentida apenas pelo sujeito individualizado. São sentimentos destinados ao grupo em sua totalidade. Ou seja, tomando como norte a teoria do reconhecimento de Honneth, podemos afirmar que a auto realização prática atingida por certo integrante de um determinado grupo que, desde a muito, foi denegado de reconhecimento, reflete-se em sentimento de orgulho do grupo ou de honra coletiva (Honneth, 1995). Todos passam, por assim dizer, a sentir-se representados pelas realizações de um ator social que os contemplem enquanto indivíduos de um mesmo grupo. Foi recorrente, nas falas dos entrevistados, a presença de sentimentos como alegria e orgulho da conquista por parte dos pais e familiares.

Outra alteração que os estudantes revelaram concerne a mudança de perspectivas com relação à política de cotas raciais e até mesmo temas mais gerais e estruturais da nossa sociedade como o racismo.

Muita gente tem preconceito com as cotas, muito pelo [fato de o] Brasil ser um país extremamente conservador, mas, na minha família pelo menos, começou a entender essa diferença absurda em que os estudantes de colégios particulares e públicos tem. (M. V., Engenharia de Produção)

Eu sou meio que a ovelha negra dentro de casa. Eles falam que é mimimi, a nossa geração é mimimi. Eu sou muito crítico com as questões do racismo. Eu fico em casa ouvindo e não consigo não rebater, sabe? Nesse aspecto, eu acredito que eles melhoraram muito. Não tanto quanto eu gostaria, mas é uma mudança. (L. F. P., Engenharia de Telecomunicações)

Segundo Guimarães (2002), existe uma sequência histórica de desvantagens para indivíduos pardos e pretos na nossa sociedade. E não apenas pela herança do passado escravocrata, mas também pela perpetuação de desigualdades de acesso ao mercado de trabalho, a terra, a educação. É, pois, em cada estágio da vida social que tal desigualdade se acumula e se incrementa na competição social – fazendo com que esses sujeitos reúnam novas discriminações que ampliam ainda mais as desvantagens iniciais.

Quando há uma quebra nesse ciclo e o sujeito social passa a usufruir de algo inédito em sua trajetória familiar, novos signos e valores começam a fazer parte do seu cotidiano. Dessa forma, angariam mais informações e esclarecimentos para compreender a dinâmica societária em que vivemos. A refutação de fundamentos e argumentos racistas, preconceituosos e discriminatórios abre espaço, cada vez mais, para conceitos explicativos virtuosos, para além do senso comum. O seio familiar torna-se palco de debates e discussões frutíferos no que tange os mais diversos temas.

É importante salientar a importância da primeira esfera do reconhecimento, o amor, nesse momento da análise. Como é parte constituinte da formação da autoimagem do indivíduo, é primordial que se tenham relações simétricas de reconhecimento no seio familiar. Esse tipo de reconhecimento, na teoria honnethiana, é aquela primeira etapa de confirmação mútua de suas carências. Dessa forma, o “amor” possui uma característica distintiva, isso é, de assentamento e encorajamento afetivo (Honneth, 1995). Não se pode perder de vista que é justamente a partir dessa característica singular que os indivíduos estabelecem relações necessárias à existência corporal de outrem, demonstrando sentimentos de auto confiança.

A esfera do amor é, e última instância, aquela que busca um equilíbrio entre a dependência e a autonomia entre os sujeitos sociais. É por essa razão que a privação da dedicação de atenção e cuidados dos pais leva a graves problemas de comportamento entre os filhos (Honneth, 1995).

Nesses casos, um desvio da ligação afetiva afeta sobremaneira os indivíduos que terão experiências malsucedidas de reciprocidade no seu amadurecimento e por toda a sua vida. Como é esse o primeiro tipo de reconhecimento que solidifica para as outras esferas de reconhecimento mútuo, é ímpar na interação social que sejam formadas relações ideais dessa esfera de reconhecimento na sociabilidade primária, capaz de gerar a segurança emotiva de suas próprias experiências, mas também confiança subjetiva de todas as outras vivências de auto respeito (Honneth, 1995).

Temos, a seguir, um caso claro de garantia de reconhecimento e outro de não reconhecimento estabelecido entre os cotistas no seio familiar. A dicotomia dos discursos deixa latente a existência de uma barreira moral muito forte ligada à utilização das cotas raciais como algo inferior, depreciativo por parte do estudante que as utiliza – e que desprende desse fato a não simpatia pela conquista do outro.

Meu pai acha que eu não mereci entrar porque entrei por cota. Minha irmã que passou por ampla concorrência mesmo sendo um curso que ninguém quer, deixou ele mais orgulhoso. (I. P., Engenharia de Produção)

Desde que entrei na faculdade, sinto que o sentimento dos meus pais foi de alegria e até alívio por ver que, mesmo eles não podendo pagar colégios mais caros e preparatórios, o incentivo deles e a ajuda me fez chegar até a universidade federal. (H. G., Relações Internacionais)

Em um dos casos, o genitor do universitário cotista não assegurava uma relação de reconhecimento recíproco se comparado ao filho que não se utilizou da medida de cotas raciais para garantir a vaga na universidade pública. Ao reforçar estigmas de que o cotista não merece estar na universidade porque se utilizou da política, tornando a conquista menos merecedora de reconhecimento do que quem ingressa pela ampla concorrência, o pai endereça ao filho uma privação de construção positiva de sua própria auto imagem.

Existe, ainda hoje, um véu que caracteriza a cota racial como um mecanismo que contraria os valores liberais do mérito, que reforçam o racismo e ferem a inteligência nacional de pardos e pretos. Os críticos da medida são, geralmente, oriundos das classes médias e da chamada elite. Alegam que a política, ao invés de combater, como se pretende, acaba por reforçar o racismo em nossa sociedade (Kamel, 2006; Fry, 2005; Maggie, Fry, 2006). A reprodução desse discurso ecoa nos mais diversos setores da sociedade, inclusive entre aqueles que são possíveis beneficiários da medida.

No outro caso, pelo reconhecimento da política de ação afirmativa como um direito, há a

celebração do ingresso. A felicidade compartilhada entre os familiares e o aluno cotista configura terreno propício para assegurar a plena construção de identidade desse estudante e, quiçá, dos familiares. Ao não se reforçar estigmas depreciativos de si mesmos, os cotistas conseguem integrar-se e alinhar-se com suas próprias visões de mundo e auto respeito.

É exatamente por essa razão que é tão crucial as lutas morais motivadas por grupos específicos da sociedade, de caráter permanente e constante. Honneth (1995) já sinalizava para a tentativa dos grupos estigmatizados e discriminados de estabelecer institucional e culturalmente novas formas e padrões de reconhecimento mútuo que fossem paulatinamente ampliadas. Somente dessa forma, por tentativas de ampliar o escopo das relações simétricas balizadas sob o reconhecimento, é que se teria condições de transformar normativamente a sociedade. (Honneth, 1995).

5.4. O ineditismo do ensino superior em instituição pública no histórico familiar

Em capítulos anteriores da presente dissertação, vimos que o número de universitários pretos e pardos no Brasil ainda é muito baixo se comparado ao observado na sociedade em geral. Essa é uma realidade que vem se alterando pouco a pouco graças a Lei de Cotas. A mudança do perfil dos estudantes em instituições de nível superior vem acompanhada, entre outros elementos, do ingresso inédito entre os familiares. Não é raro encontrar estudantes que são os primeiros de todo o seu histórico familiar a adentrar ao ensino superior, especialmente o público federal.

Diversos entrevistados mostraram a satisfação de fazer parte desse seletivo grupo – os que conseguem chegar ao nível superior – e, principalmente, de serem os debutantes no seu seio familiar. Com o ineditismo, vieram também as reações positivas do acontecimento. Algumas das reações mais marcantes seguem abaixo:

É emocionante demais dar orgulho aos meus pais nesse sentido. A família da minha mãe já tinham pessoas que cursaram o ensino superior, mas sempre em faculdade particular. Por parte de pai, só eu e meu irmão fizemos universidade no meio de uns 50 primos! É uma vitória muito grande, pra mim e por eles. (D. A., História)

Fui a primeira pessoa tanto do núcleo familiar quanto da família em geral a ingressar numa universidade pública e significou muito pra mim e pra minha família, que antes nem sonhava com isso. (L. M., Comunicação Social)

Eu sou a primeira da minha família a entrar na universidade pública. Os meus pais ficaram muito orgulhos de mim, me apoiaram demais. É bom ver que eles ficaram felizes pela minha conquista, que não deixa de ser deles também. Eles ficaram super felizes, mas não surpresos porque eles sabiam que eu me esforçava muito. Sempre acreditaram em mim.

(P. T., Ciências Sociais)

É a partir da cota que muitas famílias se veem capazes de romper com o chamado “reconhecimento recusado” (Honneth, 1995). Isso é, fazer cessar parcialmente o desrespeito advindo do fato de permanecerem estruturalmente, ao longo dos anos, excluído de adquirir direitos específicos no interior da sociedade. As consequências concretas desse fato são inúmeras e já foram demasiadamente documentadas em estudos anteriores a esse, mas é importante frisar os ganhos simbólicos e subjetivos que circunscrevem tal acontecimento.

A minha mãe terminou o ensino médio e o meu pai nem chegou a concluir os estudos. Eu não sei exatamente até que ponto ele entrou. Sendo a primeira da família a entrar em faculdade pública, foi literalmente uma revolução na minha casa. Encheu de orgulho a família inteira! A cota assumiu um peso enorme na minha vida. Sem ela, eu não entraria no curso naquele momento. (N. A., Engenharia de Petróleo)

Comecei a trabalhar muito cedo, meus pais são muito humildes, nunca conversaram sobre faculdade comigo. Sem esclarecimento nenhum. Sou o único da família a estar numa universidade pública. (L. F. P., Engenharia de Telecomunicações)

No momento, é relevante saber aqui que o reconhecimento jurídico possui algumas propriedades estruturais que servem de guia para determinar a capacidade pela qual todos os sujeitos se respeitarão mutuamente no instante em que se reconhecem como pessoas de direitos. (Honneth, 1995). É necessário partir do suposto de que não é apenas a chancela de *status* de igualdade que vigora nessa esfera de reconhecimento, mas também – e sobretudo – a proteção e possibilidades de exercício da capacidade universal que caracteriza o ser humano como pessoa, qual seja o poder de decisão racional, com autonomia individual, sobre as questões de cunho moral. (Honneth, 1995).

É derivada dessa hipótese que pode-se abordar as nuances dos direitos subjetivos, detalhados em três tipos de direito: os direitos liberais de liberdade, direitos políticos de participação e os direitos sociais de bem-estar. Em linhas gerais, na ciência do direito, o primeiro concerne ao direito negativo de proteção dos indivíduos de intervenções desautorizadas pelo Estado em conformidade à liberdade, a vida e a propriedade. O segundo diz respeito ao direito positivo de poder participar de processos de formação pública da sua vontade. E, por fim, e crucial para esse ponto da análise, o terceiro tipo se refere ao direito positivo de distribuição de bens básicos de forma equitativa (Honneth, 1995).

A trajetória familiar de alguns estudantes revela que a segunda esfera de reconhecimento,

o reconhecimento jurídico, foi negligenciada por diversas gerações ao passo que não foram fornecidos os elementos básicos na distribuição social para que, sendo de sua vontade, fosse possível o ingresso à universidade pública. É pertinente realçar que a negação e privação desse tipo de reconhecimento atinge os direitos individuais fundamentais nas sociedades modernas. Ou seja, tal privação configura algo como um reconhecimento de não-cidadãos na nossa sociedade e, portanto, reforça exceções e privilégios (Honneth, 1995).

Esse direito esteve presente na vida dessas famílias como mero direito formal porque não se revelou na prática efetivamente. Somente agora, com as gerações recentes, é que se inaugura a possibilidade prática ativa de exercer tal direito assegurando o exercício de todas as suas pretensões políticas. Até este momento, não havia sido concedidas as condições necessárias para pleitear a participação com igual valor entre os demais membros da sociedade neste campo do acesso ao ensino superior. Inaugura-se, pois, a consciência de poder respeitar a si mesmo porque, agora, se adquiriu o respeito de todos os outros.

O papel central que a representatividade ganha na fala de alguns entrevistados impressiona. Gomes (2001) já ressaltava a importância da ação afirmativa com objetivo de criar, nas palavras do autor, as “personalidades emblemáticas”. O referido autor explica que seriam essas personalidades os exemplos a serem seguidos por jovens, adolescente e crianças como símbolo de ascensão social. Tais personalidades seriam aqueles capazes de indicar aos mais jovens que é possível realizar seus “sonhos” profissionais. Estes seriam os chamados “role models” segundo o autor.

Quando saiu o resultado do vestibular, minha mãe e minha irmã ligaram para a família toda. Minha tia abriu um vinho antigo que tinha em casa, marcaram churrasco de comemoração no dia seguinte. Primeira da família de 12 tios e 32 primos a fazer faculdade... Pública ainda! Eu ter entrado na Universidade uniu um núcleo da minha família. Todos se juntaram pra me ajudar a me manter na faculdade em todos os sentidos. Fiquei bem feliz e me sinto muito grata por ter uma família incrível assim. Eu acabei me tornando um exemplo. Meus tios passaram a acreditar mais meus primos também, porque acreditaram no potencial de todo mundo. (K. A., Engenharia Química)

Desde pequeno, minha mãe sempre conversou comigo para estudar muito. A gente mora em comunidade, em São Gonçalo, então entrar para o mundo do crime poderia ser algo sedutor pra mim, na cabeça da minha mãe. Então, desde novo, ela se empenhou para garantir que eu estudasse. Foi algo muito positivo porque eu consegui entrar por cota no Colégio Pedro II e, depois, na UFF. E eu fui o primeiro a entrar em faculdade pública. Até na minha rua, onde eu moro. Eu virei o centro das atenções quando eu entrei na UFF. Todo mundo me pergunta quando eu vou me formar, ficam felizes por mim. As perguntas nunca cessam. Os pais das crianças da minha rua me enxergam como um exemplo para os filhos deles. Porque se eu não entrei no mundo do crime, os filhos deles também

poderiam não entrar. (M. F., Engenharia Química)

Minha mãe acha que vou colocar juízo na cabeça dos meus irmãos. Para que eles se empenhem a estudar e fazer o mesmo que eu: entrar na faculdade. Minha prima passou para a UERJ no ano seguinte ao que passei para a UFF. Estou tentando influenciar, mas o mais importante é que eles criem autonomia com a vida deles. (C. S., História)

5.5. A reconstrução da autoimagem a partir do ingresso à universidade

A experiência universitária é um fato marcante na vida de muitos estudantes. A visão de mundo e de si próprio são perspectivas que se alteram de forma positiva ao longo dos anos de formação. A partir dos grupos focais, diversos discursos analisados exemplificam o crescimento pessoal e profissional dos alunos cotistas a partir das vivências atribuídas à universidade.

Eu conheci pessoas maravilhosas, que me deram oportunidades maravilhosas. Poder aprender com professores bem qualificados, poder estudar outra língua, viajar para algum torneio, algum congresso. Até o fato de ir morar sozinha me trouxe um crescimento pessoal. (L. D., Turismo)

Eu era uma semente promissora pra moralista. A faculdade me fez ver que existem pessoas muito diferentes umas das outras e que isso é legal. Que a gente não deve julgar ninguém. Que eu não preciso me sentir diminuída perante as pessoas. Cresci muito como pessoa. O curso de comunicação me tornou uma outra pessoa. E sim, reconhecimento, status, prestígio vieram também. Além da independência. Morar longe dos pais me fez mais forte. A melhor parte foi a independência. É libertador. (P. R., Comunicação Social)

A universidade me tornou uma pessoa mais independente, mais segura. Ainda tenho um longo caminho, mas já melhorei bastante! Sinto que meu amadurecimento foi substancial até mesmo na forma de encarar o curso. Aprendi a moldar minha personalidade e tenho contato com pessoas de todos os tipos e lugares. Encontrei realidades que não conhecia, pois sempre estudei relativamente perto de casa. (J. E., Engenharia de Petróleo)

É muito comum a presença de alunos que tiveram que migrar de cidade para conseguir estudar na UFF, em Niterói. Diante das mudanças ocorridas nos processos seletivos, com a prevalência do método de SiSU, os candidatos do interior e de outros estados da federação puderam disputar vagas em universidades de todo o país. Em muitos desses casos, os graduandos necessitam deslocar de cidade, visto a distância considerável de suas residências.

Na maioria dos relatos, o fato de ter que mudar de localidade e viver de forma mais independente do seio familiar é visto como um processo de amadurecimento necessário e que foi de grande valia para o crescimento pessoal. Muitos salientam que o senso de responsabilidade aflorou bastante trazendo benefícios não só para o âmbito pessoal, mas também no âmbito dos estudos. Alguns alunos afirmaram saber administrar melhor o tempo e se empenham mais a estudar nas horas livres que encontram durante a semana entre as atividades curriculares.

Um terreno próspero para o amadurecimento da vida adulta, a UFF reúne inúmeros cursos, projetos de pesquisa, palestras, workshops e eventos que contribuem não só para o aperfeiçoamento do portfólio para o mercado de trabalho, mas também para ampliar horizontes quanto às relações intersubjetivas com outros atores sociais.

Alguns dos projetos que valem a pena salientar oferecidos pela UFF, e dois dos mais procurados pelos cotistas, é o Programa de Universalização Línguas Estrangeiras (PULE) e o Programa de Línguas Estrangeiras Modernas (PROLEM) do Instituto de Letras. Ambos visam o ensino de língua estrangeira para os alunos de graduação da universidade. O PULE é o programa totalmente gratuito e voltado para os graduandos que se enquadram no perfil socioeconômico da própria universidade. Já o PROLEM é aberto ao público em geral e tem preços acessíveis para quem é estudante da UFF, mas também é gratuito para quem é aluno cotista. Embora tenha um número limitado de vagas, a universidade oferta cursos das línguas mais exigidas no mercado como inglês, espanhol, francês e alemão.

Passei a sair mais, ir mais em cinema, museu. Porque o acesso é mais fácil também. Fiz alguns cursos de inglês que a UFF oferece. Me sinto privilegiada por estar aqui. (B. I., Ciências Sociais)

A cota pra mim foi um divisor de águas. Sem ela, certamente não teria ingressado no ensino superior ou [ingressaria] em um de má qualidade, sem os recursos, os cursos de inglês, de espanhol da UFF e os profissionais mais qualificados. Devido a ela [a cota] pude juntar com meu desempenho. O que ampliou, sem dúvidas, minhas oportunidades no mercado de trabalho. (A. R., Engenharia de Petróleo)

Novas portas se abriram, coisas que eu nunca me imaginei fazendo... é algo tão extraordinário que não tem nem como descrever. Por um lado, eu sinto um peso porque a minha família tem muita expectativa em mim. Mas, sem dúvidas, eu estou conseguindo realizar meu sonho e da minha família também. Eu tive a oportunidade de viajar, ir à Congresso, participar de iniciação científica, fazer cursos, conhecer novas pessoas. Um mundo se abriu. Como eu posso dizer? Meu coração transborda. (M. F., Engenharia Química)

Sinto que a universidade abriu caminhos e oportunidades que eu nunca tinha imaginado. Coisas que quando eu era adolescente eram impossíveis, agora eu vejo que não são tão difíceis. Mas eu tenho que reconhecer que sempre tive uma família que me apoiou. E que, com o tempo, percebi que você não faz nada sem ajuda. E a cota foi uma ajuda que possibilita as pessoas as crescerem. (M. V., Engenharia de Produção)

Além do Centro de Línguas, a universidade oferece outros programas que fomentam o incremento pessoal e profissional dos alunos. Através de projetos voltados para os estudantes, consegue-se expandir expectativas que antes não eram apresentadas como possíveis para esses indivíduos. Um dos projetos mais conhecidos na universidade é o Trote Cultural que acontece sempre a cada início de semestre, desde 2001, com o objetivo de impactar positivamente na

sociedade através de ações que fogem das tradicionais atividades de recepção de calouros nas universidades. Na UFF, há campanha para doação em massa de sangue no Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP), doação de fios para a confecção de perucas para pacientes submetidos à quimioterapia, ação de limpeza das areias da Praia de Icarai e até trabalho voluntário em ONGs de animais abandonados.

Para além de meras atividades voluntárias, todo o conceito e desenvolvimento do Trote Cultural está baseado na inserção cada vez maior da comunidade acadêmica no âmbito de promoção de cidadania e integração entre a sociedade e a instituição. A intensificação desses laços trazem benefícios não apenas para a comunidade científica no geral, mas também para os voluntários, calouros, veteranos, funcionários, pesquisadores e funcionários técnicos. A construção de relações simétricas fundadas pela simpatia, pelo reconhecimento e pela estima é de muita valia para a lapidação das identidades individuais em formação dos estudantes.

Alguns, inclusive, relataram que somente após a entrada na universidade é que foram ter um incremento significativo de determinados aspectos culturais em sua vida pessoal. Desta forma, a universidade torna-se palco não somente de conhecimento científico, mas também de socialização de cultura.

O primeiro impacto que eu vejo é o ganho de cultura, ganho de consciência, de conhecimento na universidade. Fiquei muito estimulado a ler, ter contato com outras pessoas, me juntar com as pessoas parecidas comigo. E, depois, o ganho profissional. Porque, diferente dos meus pais, humildes, com trabalho informal, eu estarei apto para ingressar no mercado de trabalho com uma bagagem muito mais significativa do que os meus pais. Não quero ficar rico. Quero dar uma vida confortável aos meus pais. Uma coisa que eu não fazia era projetos sociais. Depois da faculdade que eu fui conhecendo, fui sendo apresentado a ações que eu pude ajudar o próximo, entende? Isso me fez crescer muito. O ambiente da universidade proporciona isso, né? Mas varia de pessoa pra pessoa. Se você não está suscetível a isso, não adianta estar na universidade. (L. F. P., Engenharia de Telecomunicações)

É por esta razão que a autodeterminação individual, isto é, o ponto onde se quer chegar de acordo com seus próprios julgamentos, é primordial para a análise até aqui proposta. Não é, por, uma mera representação da normatividade social ou uma qualidade humana inerente. A autodeterminação individual é, em última instância, a essência da nossa prática normativa de justiça, alargando as barreiras das normas sociais já existentes e, pouco a pouco, ampliando o respeito pela autodeterminação individual de outrem (Honneth, 2014).

A autoestima e igual reconhecimento social foi algo recorrente nas entrevistas ao se tratar

da importância da política de cotas e como a medida gerou ganhos simbólicos positivos para a vida dos estudantes. Inclusive no fazer profissional, em estágios supervisionados.

Minha autoestima aumentou sim. Quando você, mesmo vindo de baixo, consegue com esforço chegar onde você quer, não tem como não melhorar a autoestima. Mas também não me acho socialmente melhor. Porque eu tive oportunidade e base pra eu conseguir isso. Muita gente só não tem oportunidade. (B. O., Turismo)

No fim do ano letivo de 2017 tive alunas me procurando para conversar sobre esse assunto e outros, como apropriação cultural e reconhecendo suas evoluções e tomando como positivo não pensar por meio do senso comum. É muito gratificante. (T. B., Pedagogia)

A esmagadora maioria dos estudantes mostrou como o ingresso na universidade aumentou o prestígio recebido por outros sujeitos na interação social. Isto é, a medida de estima que esses estudantes gozavam individualmente na sociedade diante de suas capacidades e conquistas públicas era significativamente menor antes de adentrar ao ensino superior.

Isso ocorre, segundo a teoria honnethiana, porque os conceitos de “reputação” e “prestígio” sofreram mutações ao longo do tempo até se desvincilharem totalmente da universalização jurídica e da privatização subjetiva do conceito de “honra” (Honneth, 1995). Como constituem valor normativo suficiente para tal separação, o prestígio ou a reputação social de um sujeito serão medidos através apenas do grau de reconhecimento social que demanda para a sua auto realização (Honneth, 1995). Melhor posto, o reconhecimento individual balizado pelo prestígio social é relativo ao conjunto de valores norteadores da sociedade – que estão abertos, em disputa, na forma de distintos elementos para a auto realização de cada um. Estes elementos são interpretados subjetivamente, de maneira não universalizada, e passam a integrar ou não as diretrizes na interação social. É derivado desse jogo interpretativo que existem lutas culturais de longa duração, onde grupos sociais entram em disputa permanente para que, por meio de forças e referências simbólicas, o valor de suas conquistas e capacidades associadas à sua forma de vida sejam reconhecidos como igual prestígio e reputação.

A partir do ingresso a universidade é que a medida de ação afirmativa torna-se mais fundamental. Os alunos cotistas passam a ter consciência da realidade que os cercam e começam a enxergar na política todo o seu potencial transformador. A crescente tomada de consciência eleva o grau de complexidade de adoção da política, não apenas pelo impacto econômico, mas também aquele capaz de gerar capital social e cultural.

Nem todas as experiências sob esse aspecto são positivas. Alguns alunos afirmaram o

incômodo de ser cotista em uma universidade deveras elitista como a UFF. A construção de consciência para tal realidade foi encarada de uma maneira negativa, em diversos aspectos, mas que, com a ajuda profissional necessária, tem-se mostrado capaz de conciliar e enxergar, nesse espaço, como um ambiente que instiga a participação mais ativa de alunos pretos e pardos ingressantes via cotas raciais.

Minha saúde mental acabou conforme fui criando consciência dessa realidade. A universidade não me fez totalmente bem em relação a auto estima, mas, em contra partida, a pessoa com quem vivo hoje e mais algumas pessoas me dizem que fui o ponto de partida delas para que buscassem essa oportunidade. Hoje, estou me tratando com uma psicóloga e refazendo meus planos em relação a vida acadêmica e quero tornar minha estadia nesse espaço mais ativa. (C. S., História)

Sob esse aspecto, é válido salientar que o grau de relação positiva da pessoa consigo mesma é intensificado a cada passo alçado no tocante as esferas de reconhecimento recíproco, isto é, quanto mais avança-se nas esferas de reconhecimento tipificadas por Honneth, mais ter-se-á uma autoimagem positiva de si mesmo (Honneth, 1995).

Quando a experiência universitária não propicia um processo de interação socializadora de respeito e prestígio mútuo entre os pares sociais, os danos sobressaem e causam os já conhecidos sentimentos de dor e rebaixamento. Tais sentimentos, como já mencionados, são os motores para os movimentos reivindicatórios tornando o desejo de participação e luta mais ativos, exatamente como no fragmento acima.

A hierarquia social de valores e signos se constitui na forma pela qual se degrada ou se priva algum sujeito sob suas formas de condução de vida, crenças, capacidades e realizações. Dessa maneira, temos valores e signos considerados de menor valor ou insuficientes para alcançar a estima social universalizada na interação social. Esse tipo de hierarquia apenas tira dos seus alvos toda a possibilidade de atribuir valor social igual às suas próprias capacidades, conquistas e, por fim e em essência, a si próprio enquanto indivíduo (Honneth, 1995). Não são atribuídos valores com significados positivos na sociedade e, por esta razão, sua auto realização, auto respeito, auto confiança não são ancorados por padrões institucionais de estima social.

Considerações Finais

A presente dissertação analisou a política de Ação Afirmativa na modalidade de cotas raciais, em sua face até o momento menos explorada pelos estudos de avaliação, ou seja, sob o viés de seus efeitos no campo do reconhecimento – tomando este no sentido imputado por Honneth (1995). Através de uma pesquisa qualitativa, foram formados grupos focais de graduandos cotistas para pesquisar os possíveis ganhos simbólicos, abstratos, subjetivos advindos da medida.

Como vimos no decorrer da pesquisa, a Lei de Cotas provocou uma alteração da heterogeneidade da comunidade acadêmica, tornando o alunado mais diversificado e mudando o perfil dos estudantes no ensino superior brasileiro. A UFF não ficou imune a essa configuração. Ainda que esse processo esteja ocorrendo desde 2011 na referida universidade, até o presente momento, perdura um caráter elitista muito forte dentro da mesma, tanto do corpo discente quanto do corpo docente. Observando os relatos dos graduandos, podemos notar períodos acadêmicos com a entrada de apenas 4 alunos cotistas negros numa sala de 55 novatos. Para uma medida que se quer inclusiva, este número ainda reflete uma concentração forte de estudantes brancos dentro dos cursos de graduação da UFF mesmo após 7 anos de inauguração da política.

O ingresso ao ensino superior afeta direta e indiretamente a vida dos estudantes e de seus familiares. A partir desse momento, múltiplas formas de reconhecimento recíproco são estabelecidas e/ou reforçadas na interação social. Seja no seio familiar, seja na própria universidade ou em outros espaços de vivência, o aluno cotista está, sistematicamente, criando laços e buscando expandir as ligações de reconhecimento simétrico entre seus pares. Conforme Honneth (1995), as experiências e as privações sociais transmitidas por uma série de heranças culturais são as bases para as exigências morais de alteração da estrutura de relações de reconhecimento.

Neste contexto, ao possibilitar que sujeitos historicamente excluídos do acesso à educação superior pública tivessem assegurado seu igual direito de ingresso nas instituições de ensino, a UFF promoveu mudanças no seu aparato técnico-burocrático que concerne os programas de assistência estudantil para atender o novo perfil de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes cotistas. Houve um aumento exponencial entre a demanda por suporte e apoio estudantil e o número limitado de serviços e vagas disponíveis aos estudantes. Um dos desafios que se mostram

mais evidente no cotidiano da universidade é justamente o de conceder o auxílio para aqueles que inserem-se nos termos mais rigorosos das pré-condições necessárias à contemplação do benefício. Observa-se, em um panorama geral, uma intensificação da burocratização institucional para ser qualificado como apto à seleção dos programas de apoio. Há, por assim dizer, por um lado, a garantia do direito ao ensino, ao ingresso. Por outro lado, não se vê de forma suficiente a garantia do direito de permanência e conclusão de forma adequada para alguns estudantes mais humildes.

Esse tipo de estrutura nos revela algo já salientado por Honneth (2014) no que concerne ao conceito de liberdade individual. As instituições de reconhecimento, a saber, aqui, a universidade, são promotoras de estima social e, também, de liberdade social no âmbito individual e também no âmbito coletivo. Por conseguinte, como ressalta o autor, tais instituições devem ser projetadas para garantir a estima e a liberdade social individual antes mesmo da demanda. (Honneth, 2014) Isto é, as instituições devem ser pensadas como uma etapa anterior ao processo de estabelecimento de relações de reconhecimento com os sujeitos. É imprescindível que o reconhecimento institucional seja antecedente às liberdades individuais porque é justamente esse reconhecimento público das instituições para com os sujeitos que assegura a construção positiva das capacidades e realizações dos atores sociais e, em última instância, da liberdade individual.

O processo que se deu, na UFF, foi exatamente o oposto. A universidade privava de reconhecimento social uma parcela considerável da população e, após o sancionamento da política de cotas raciais em âmbito federal, foram instaurados entraves com os quais não tinham contato até aquele momento. Dessa maneira, a UFF não promove de maneira integral a liberdade individual dos alunos cotistas – impedindo, portanto, a autonomia desses sujeitos. Partindo dessa pré-condição, os estudantes estarão sempre em uma relação assimétrica de reconhecimento institucional, uma vez que a universidade não foi pensada para atender o segmento social mais pobre e negro. Enquanto a tal instituição não conseguir fornecer as condições que são premissas básicas para o exercício integral da liberdade desse grupo social, estaremos diante de situações que restringem a liberdade individual e, em essência, a justiça social (Honneth, 2014).

Entre os ganhos simbólicos adquiridos pelos estudantes desde o ingresso na universidade podemos listar os três mais relevantes e mais frequentes nos relatos dos entrevistados: 1. a ampliação dos laços de auto confiança em decorrência de um fortalecimento com a rede de apoio familiar; 2. a alteração de hábitos e costumes dentro da sociabilidade primária levando a um

incremento de cultura, informação e perspectiva de vida e; 3. a transformação positiva da auto imagem.

Todos essas conquistas subjetivamente construídas estão relacionadas diretamente com os conceitos apreendidos na teoria do reconhecimento de Honneth. Conceitos norteadores como honra, prestígio, reconhecimento recíproco e estima social foram fundamentais para a alteração de experiências vividas pelos estudantes dentro e fora do ambiente acadêmico. Ademais ao fato de a universidade propiciar oportunidades singulares para a vida desses estudantes – gerando sentimentos de construção simétrica dos elementos essenciais para a integridade psíquica do ser humano na interação social. (Honneth, 1995).

De acordo com o ambiente e a solidificação das esferas de reconhecimento recíproco tipificadas por Honneth, é que poderemos examinar as experiências morais dos alunos cotistas no que concerne à atitudes de desrespeito e rebaixamento de algum valor, signo ou forma de vida a qual pertencem. Quando as esferas de reconhecimento mútuo na interação social não estão instauradas de forma suficiente no conjunto de valores significativamente positivos, o indivíduo pode sim vivenciar situações de extrema dor e desprestígio – podendo alterar sua visão de mundo, sua forma de encarar suas próprias capacidades, conquistas e, até mesmo, a sua identidade individual. As negações geram reações emocionais negativas e podem se manifestar no modo como o indivíduo ou o grupo enxerga as representações acerca do que é moralmente bom. A partir dessas reações emocionais de vergonha social, de negação, tal desrespeito pode estimular o impulso motivacional para a luta por reconhecimento, individual ou coletivo (Honneth, 1995).

Felizmente, o saldo líquido observado a partir da pesquisa, nos leva a crer que a medida de cotas raciais reforça valores e signos positivos desses sujeitos e de seus grupos de pertença na interação social geral. Observamos situações em que os alunos cotistas puderam se inspirar nas conquistas dos seus pares de interação, como a conquista de bolsa de estudos no exterior, a premiação em um congresso científico e histórias similares de vida e superação diária para dedicarem-se a vida universitária da forma mais adequada possível. A perspectiva de uma vida mais próspera e de alteração das oportunidades no futuro, a partir das experiências de semelhantes, são elementos que contribuem positivamente na construção de reconhecimento mútuo entre os estudantes cotistas. É o que Honneth (1995) já abordava a respeito da conquista individual ter um peso moral significativamente alto dentro de um grupo social específico. Ao se depararem com a

estima social da realização de um semelhante, por extensão, tomam para si também aquele tipo de reconhecimento e prestígio social.

Ainda pode-se apontar ganhos no que concerne a cultural e ao lazer a partir do ingresso na universidade. A proximidade e até a rede da própria UFF favorecem ao incremento cultural e de lazer dos estudantes. Principalmente para os alunos cotistas que, muitas das vezes, pela trajetória familiar, as limitações socioeconômicas e a disponibilidade, são privados do acesso a determinados tipos de elementos com grande prestígio social, como teatro, museus e até projetos sociais que amplificam as noções de cidadania e de justiça social. Como a nossa estrutura social está balizada por um sistema cultural hierárquico, busca-se aprimorar ideias e valores que estejam circunscritos pela lógica desse sistema central que legitima a ordem societária vigente. Ou seja, os signos permeados pelo incremento cultural – seja como for – já se revelam pela maior aceitação social dos indivíduos que dominam, em algum nível, os valores ligados à cultural normativa, representados por teatros, museus, exposições, norma culta da língua etc. (Honneth, 2014)

Concomitante a esse aspecto, a UFF conta com uma estrutura que garante, mesmo de forma reduzida, vagas em programas de Língua Estrangeira, cursos extracurriculares, grupos de pesquisa de ponta e altamente qualificados na comunidade científica nacional. Além de projetos que estimulam o aperfeiçoamento profissional desses estudantes que dificilmente teriam oportunidades de gozar de tal aparato sem a medida de cotas raciais. Diversos discursos extraídos dos grupos focais apontam para essa direção.

Um dado importante que merece total destaque nas análises é o fato de uma parcela considerável da nossa amostra, quase metade dos entrevistados, serem os primeiros do seu histórico familiar a entrar em um curso de graduação em ensino superior público federal. Esse dado reflete o quanto a sociedade brasileira ainda é extremamente desigual no tocante ao recorte de cor e raça nas variáveis educacionais, especial no extratos mais qualificados. Esse fato está inserido na origem dos conflitos sociais na análise de Honneth. Ou seja, a realidade social está inscrita num processo histórico de experiências morais que, a partir de gramáticas valorativas hierárquicas, alteram-se entre reconhecimento e desrespeito (Honneth, 1995). As experiências de injustiças travam os indivíduos e os afetam com as expectativas de reconhecimento com a qual acredita-se ser merecedor. Apenas quando sujeitos partem para a tentativa de conservar ou aumentar seu poder simbólico no conjunto de significados sociais é que, individualmente ou

coletivamente, temos a possibilidade de conflitos por reconhecimento.

As cotas raciais representam exatamente essa tentativa de conservar e ampliar o poderio normativo de valores e signos atrelados aos sujeitos pretos e pardos na interação social. Uma luta constante e contínua para garantir a presença de jovens negros dentro do espaço de conhecimento científico no cenário brasileiro. Buscou-se equalizar a concorrência o acesso à educação superior de qualidade, um dos bens escassos, dos quais os negros foram historicamente afastados. A partir da reformulação de toda a dinâmica social ao ter que reconhecer como igual parceiros de interação os sujeitos negros.

As conquistas estruturais advindas da política de cotas raciais já foram demasiadamente documentadas em pesquisas anteriores realizadas ao longos de mais de uma década desde a sua primeira implantação. No entanto, na medida de se tornar uma pesquisa relevante para endossar a ampliação e fortalecimento da política, tentou-se, na presente dissertação, dar luz à argumentos que remetem as possibilidades de auto realização pessoal seguindo os princípios de uma sociedade democrática: a liberdade de ser, de agir e de viver como entende-se por moralmente bom. Visto que, em essência, a busca por liberdade e autonomia individual perpassa necessariamente por relações que obedeçam as expectativas mútuas de cada parceiro na interação social (Honneth, 2014).

As cotas raciais revelaram ser um instrumento fundamental no que tange a construção de relações simétricas de reconhecimento recíproco entre os indivíduos. A partir da medida, os estudantes cotistas puderam ampliar demasiadamente seus horizontes e vislumbrar a significação moral positiva de seu grupo e de si mesmo. Visando sistematicamente debelar as barreiras culturais hierárquicas que os cercam, tais sujeitos conseguiram expandir as noções de auto confiança, auto respeito e auto estima, nos moldes da teoria honnethiana, desde o momento do ingresso à universidade.

Ao se fortalecerem esses vínculos de reciprocidade de reconhecimento, caminharemos para uma sociedade mais justa, menos desigual e que promova, a cada etapa da vida de todo e qualquer indivíduo, as pré-condições necessárias para a construção positiva de identidades autênticas e verdadeiramente coerentes com as noções de igual respeito.

Mas estamos ainda muito, muito longe disso.

REFERENCIAS

BECKER, G. S. **Human capital a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. Third Edition, University of Chicago, NBER, New York, 1993.

BRASIL. **Lei n.º 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. **Estatuto da Igualdade Racial**. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Disponível em: <<http://www.portaldaigualdade.gov.br/portalanterior/Lei%2012.288%20-%20Estatuto%20da%20Igualdade%20Racial.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. **Lei n.º 11.645**, de 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. **Lei n.º 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acesso em: jan. 2018.

BOURDIEU, P. **Sociologia**. Renato Ortiz (org.). São Paulo: Autira, 1983.

CAMPOS, L. A. **‘We Have a Dream’ ? Cientistas sociais e a controvérsia sobre as cotas raciais na imprensa**. Revista de Sociologia e Política (Online), v. 20, p. 53-73, 2012.

CAMPOS, L. A., FERES JR, J. CANDIDO, M. R.; CAMPOS, L. A.; FERES JR, J. **“A cara do cinema nacional” : gênero e raça nos filmes nacionais de maior público (1995-2014)**. Textos

para discussão GEMAA, n.º 13, p. 1-20, 2016.

DAFLON, V. T.; FERES JR, J.; et al. **Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico**. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 43, p. 302-327, 2013

DWORKIN, R. **Levando os direitos a sério**. Tradução e notas Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

EURÍSTENES, P.; FERES JR, J.; CAMPOS, L. A. **Evolução da Lei nº 12.711 nas universidades federais (2016)**. Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, dezembro, p. 1-24, 2016.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. / Franz Fanon; tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERES JR, J. **Aspectos semânticos da discriminação racial no Brasil: para além da teoria da modernidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, p. 163-176, 2006.

FERES JR, J.; DAFLON, V. T. **Ação Afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica**. Revista Sociologias, v. 17, p. 92-123, 2015.

FERES JR, J.; MACHADO, M.; et al. **Políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais (2016)**. Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, p. 1-30, 2017.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: 1972.

FRASER, N. **A justiça na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação**. IN: Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 3, 2002.

FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange**. Londres, Nova Iorque: Verso, 2003.

FRY, P. **A democracia racial infelizmente virou vilã**. O Globo, Rio de Janeiro: 2005.

GASPAR, O. T. **Mídias: concessão e exclusão: um estudo da invisibilidade seletiva produzida pelos meios de comunicação de massa contra a população afro-brasileira e suas implicações nas relações raciais no Brasil contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

_____. **Direitos Políticos e Representatividade da população negra na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e Câmara Municipal de São Paulo**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

GOMES, J. B. B. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: (o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA)**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed. 34, 2002.

_____. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. Princeton: 2007.

HARRIS, M. **Racial Identity in Brazil**. Madison: Luso-Brazilian Review: vol. 1, nº 2, pp. 21-28, 1964.

_____. **Race and Class in rural Brazil: a UNESCO study**. New York: Columbia University Press, 1952.

HJALMARSSON, R., LOCHNER, L. **The Impact of Education on Crime: International Evidence**. Research Report, CESifo DICE, Munique, p.49-55, 2012.

HO e SINADIUS, A. K.; J. **'One-drop rule' appears to persist for biracial individuals.** IN: Journal of Personality and Social Psychology. Harvard University, 2010.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HONNETH, A. **The Struggle for Recognition: a Moral Grammar of Social Conflicts.** Great Britain: Polity Press, 1995.

_____. **Integrity and Disrespect: Principles of a Conception of Morality Based on the Theory of Recognition.** Political Theory, vol. 20, n.º 2, pp. 187-201, 1992.

_____. **Recognition and Justice: outline of a plural theory of justice.** Acta Sociologica, vol. 47, n.º 4, p. 351-364, 2004.

_____. **Freedom's Right: The Social Foundations of Democratic Life.** Polity Press, United Kingdom: 2014.

_____. **The Greatness and Limits of Hegel's Doctrine of Ethical Life.** In: Jacques Rancière and Axel Honneth, Recognition or disagreement. A critical encounter on the politics of freedom, equality and identity, New York: Columbia University Press, p. 156-176, 2016.

JANNUZZI, P. M. **Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza.** Est. Aval. Educ., v. 25, n.º 58, p. 22-42, São Paulo, 2014.

KAMEL, A. **Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

LOCHNER, L.; MORETTI, E. **The effect of education on crime: evidence from prison inmates, arrests, and self-reports.** The American Economic Review, Pittsburgh, v. 94, n.º 01, p. 155-189, 2004.

MAGGIE, Y., FRY, P. **Política social de alto risco.** O Globo, Rio de Janeiro: 2006.

MATTOS, P. C. **O reconhecimento, entre a justiça e a identidade**. Revista Lua Nova, São Paulo, n.º 63, p. 143-161, 2004.

MINCER, J. **Investment in Human Capital and Personal Income Distribution**. Journal of Political Economy, 1958.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sistema de Seleção Unificado**. Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2018.

_____. **Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação**. Fundação Capes.

Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: jun. 2018.

RAWLS, J. **A theory of justice**. Massachusetts: Harvard University Press, 1971.

REIS, E. **Contemporary Challenges to Equality**. Working Paper Series, Nr. 2, Berlin: designALdades.net Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, 2011.

RIO DE JANEIRO. **Lei n.º 4.151**, de 04 de setembro de 2003. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/e9589b9aabd9cac8032564fe0065abb4/e50b5bf653e6040983256d9c00606969?OpenDocument>>. Acesso em: jan. 2018.

SANSONE, L. **Blackness Without Ethnicity - Constructing Race in Brazil**. Nova York: Palgrave MacMillan, 2003.

SANTOS, M. J. **Dinâmica temporal da criminalidade: mais evidências sobre o efeito inércia nas taxas de crimes letais nos estados brasileiros**. Revista Economia/ANPEC, Brasília, v. 10, n.º 1, p. 170-194, 2009.

SCORZAFAVE, L. G., SOARES, M. **Income inequality and pecuniary crimes**. Economics Letters, Amsterdã, v. 104, n.º 1, 2009.

SILVA JR, Hédio. **Direito de igualdade racial: aspectos constitucionais, civis e penais: doutrinas e jurisprudência**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**. Belo Horizonte: Editora UFMG, IUPERJ: 2003.

_____. **Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira**. IN: Lua Nova, São Paulo, n.º 65, pp. 43-69, 2005.

_____. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Trad. de P.S. Werneck. Rev. Técnica de C.A. Pajuaba. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

TURRA, C., VENTURI, G. **Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil**. São Paulo: Ática, 1995.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILLIAMS, R. R. **Hegel's Ethics of Recognition**. Los Angeles, University of California Press, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução n.º 91/2007**. Disponível em: <<http://www.conselhos.uff.br/cep/resolucoes/2007/091-2007.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Estatuto e Regimento Geral**. Disponível em: <<http://www.noticias.uff.br/arquivos/estatuto/estatuto-regimento-uff.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

APÊNDICE – Roteiro de entrevista semiestruturada

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Roteiro de entrevista semi-estruturada

Pesquisa: “Análise das cotas raciais sob a perspectiva do reconhecimento: um estudo acerca da Universidade Federal Fluminense”.

- 1) Qual a sua idade, seu curso de graduação e sua renda familiar – em salários mínimos?
- 2) Qual cor ou raça, segundo as opções do IBGE, você se identifica e autodeclarada? (Opções branco, pardo, preto, amarelo, indígena)
- 3) Por que você se identifica com essa cor ou raça?
- 4) Qual a importância da cor ou raça na sua vida? Por quê?
- 5) A política de cotas influenciou na sua decisão de ingressar no ensino superior? Por quê?
- 6) O que acha da política de cotas raciais? Por quê?
- 7) O que acha da política de cotas sociais? Por quê?
- 8) Qual o peso que a cota racial assumiu na sua vida? Por quê?
- 9) Você enxerga que a cota racial, ser cotista, trouxe alguma influência/experiência positiva? Por quê?
- 10) Você percebe que seu reconhecimento diante do seu meio social, familiar, profissional, aumentou depois que ingressou na universidade? Sente-se mais importante, com mais prestígio social?
- 11) Você acredita que ter ingressado mediante cota racial é motivo de estigma? Você sofreu algum tipo de rejeição, não-reconhecimento, por parte do corpo discente ou docente da sua faculdade por ser aluno(a) cotista?

ANEXO – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

Eu, _____, tendo sido convidado(a) a participar como voluntário(a) do estudo sobre a política de ação afirmativa e cotas raciais na Universidade Federal Fluminense, recebi do(a) Sr(a). Soraya Gonçalves dos Santos Araújo, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – Niterói, responsável por sua execução, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

Que o estudo se destina a compreender a percepção dos estudantes da Universidade Federal Fluminense acerca da política de cotas raciais para publicação em sua dissertação de mestrado.

Que os resultados que se desejam alcançar são: os ganhos simbólicos advindos a partir da política de cotas raciais.

Que, sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre o estudo.

Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.

Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

Que eu receberei uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO.

Niterói, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do(a) voluntário(a)

Assinatura do responsável pela pesquisa